

Biodiversidade, sustento e culturas nº 68

Editorial



Foto: Manuel Milz, Ruanda

Nesta vez, a imagem usada na capa nos leva a um campo agrícola na África. A foto diz tudo: os que nele trabalham têm que se cobrir e se proteger o máximo possível disso que aplicam supostamente para cuidar do cultivo que já cresce, único, no meio de uma extrema “limpeza”, uma espécie de “limpeza étnica agrícola”. E se protegem porque seu trabalho é tóxico, é nocivo, como o são também os chamados “programas de intensificação de cultivos” que o governo de Ruanda aplica em cumprimento da Aliança por uma Revolução Verde na África. Estes programas definem que sementes plantar, excluem ao extremo qualquer consórcio de cultivos e determinam quais podem ser plantados e onde, e fazem um uso intensivo de fertilizantes e agrotóxicos, venenos puros, tudo com o fim de aumentar drasticamente a produtividade, ainda que, no processo, perca-se a enorme variedade agrícola em prol de algumas variedades legalizadas. E ainda que, em longo prazo, isso traga consequências irreversíveis na diversidade biológica e na riqueza dos solos para produzir alimentos saudáveis e nutritivos.

Tais programas (como já sabem os camponeses na Ásia e na América Latina, onde a Revolução Verde foi aplicada desde os anos 1960) devastam as relações sociais, a própria comunidade, menosprezam o cuidado ancestral da vida e os saberes que o tornaram possível, desgastam em grau máximo a força e a diversidade das sementes nativas, e submetem a controles centralizados, alheios e ignorantes, os métodos de trabalho minucioso que sempre existiram e que agora são considerados “inúteis, ilegais, irrelevantes” ou inclusive “estúpidos”, “atos não autorizados”,

fiscalizados por autoridades racistas que privilegiam as disposições de empresas, governos e “especialistas”.

Como se fosse pouco, as comunidades da África (como também na Ásia e agora na América Latina) também sofrem invasões, expropriações e expulsão de suas terras e territórios, em nome de uma grilagem legal de terras transnacional, corporativa, ou de fundo especulativo, que tem nos governos da região sistemas jurídicos “permissivos” que criminalizam e reprimem a inevitável resistência. Deve ficar claro que a mencionada Revolução Verde recebe o “apoio entusiástico” de fundações tão renomadas como a Rockefeller e a Bill e Melinda Gates, e que a grilagem legal de terras é respaldada pelo próprio Banco Mundial, claro, com alguns “princípios de investimento responsável” que procuram minimizar as possíveis “reações negativas” que tal apropriação agrária provoca.

A África, vista também como butim pelas mineradoras mesmo à custa de milhões de mortos, transformou-se num espelho onde devemos nos olhar para entender de antemão o que vem pela frente e assim nos prevenir contra os extrativistas, o sistema agroalimentar industrial mundial, os investidores e especuladores que grilam legalmente terras pelo Planeta, e os seus promotores em governos, fundações, setores acadêmicos e organismos internacionais.

E têm a ver com tudo. Às crises combinadas que o mundo sofre, devemos associar os numerosos esquemas de negócio dos quais a grilagem legal de terras é um dos mais decisivos, porque procura arrancar das comunidades locais, indígenas, camponesas, e inclusive das comunidades urbanas (que muitas, antes, foram camponesas), o controle de seus âmbitos comuns e de seus territórios, que são chaves para resistir aos outros ataques e para construir uma autonomia e uma soberania alimentar urgentes.

Tentam fazer isso com os esquemas de comércio de carbono (a venda de ar) que nos vendem como “mitigação da mudança climática”. Tentam com as reservas da biosfera, com a agricultura por contrato, com as associações entre camponeses e corporações que implicam dar a terra em garantia. Tentam com a certificação agrária que individualiza o que sempre foi comunal, com o registro de poços e mananciais, com os inventários de sementes e com o próprio cadastro ou registro de produtores, que definirá quem pode plantar e quem não pode.

Nada pode ser comum nem livre, por isso também se aprofundam os esquemas de “sanidade alimentar” para criminalizar as formas tradicionais e independentes (sem certificações diversas) de produzir alimentos, os mercados ao ar livre, as bancas de rua. São, enfim, todas aquelas leis prejudiciais que nos impedem a possibilidade de nos defendermos pela via legal.

Mas a resistência também não descansa. “A apropriação de terras é banditismo do Estado”, diz Ibrahim Coulibaly, membro da CNOP de Mali, na África Ocidental. “Temos que tratá-los como bandidos, porque procuram se apoderar ou tomar o único recurso que resta aos pobres e dá-lo aos que já têm demais, os que já são extremamente ricos. E isso é inaceitável”. Mamadou Cissokho, presidente honorário da Rede de Organizações Camponesas e de Produtores da África do Oeste (ROPPA) diz por sua vez: “pensamos que, se já não há Estado, se já não restam estruturas que nos apoiem, temos que nos cuidar sozinhos. Temos que continuar lutando para sobreviver, combater a grilagem legal de nossas próprias terras por mãos de países estrangeiros e empresas privadas. Devemos não ser ninguém em nossas terras? Se um investidor vem à nossa casa, deve gozar de absoluta segurança. Por que todos podem ter segurança e nós não? Por que os camponeses não têm nenhuma garantia?”

A Rede em Defesa do Milho no México também falou: “A soberania alimentar consistirá sempre no respeito ao direito coletivo de ter, guardar e trocar livremente sementes nativas sem a imposição de qualquer mecanismo de controle estatal, federal ou empresarial (seja certificação, inventário, banco de sementes, catálogo de variedades, patentes, denominações de origem ou direitos de obtentor). A soberania

alimentar requer condições que permitam a produção livre e autônoma de alimentos em nível local, regional e nacional, o respeito a nossos territórios, ameaçados agora por projetos de mineração, hidrelétricos, de petróleo, de estradas, de serviços ambientais, reservas da biosfera, privatização dos lençóis freáticos; territórios ameaçados também pela industrialização e urbanização selvagem e pela política ambiental oficial de conservação sem gente”.

O que podem fazer as populações urbanas, as classes médias, diante dessa guerra que as empresas, os governos e os organismos internacionais deflagram contra os camponeses? Por enquanto, olhar-se no espelho da África e se olhar também no reflexo daqueles que cuidaram do mundo por milênios. E saber que a urgência por uma soberania alimentar, pela produção própria de alimentos, já está impactando as cidades e terminará por nos submeter a uma escravidão não imaginada se não unirmos bairros urbanos e comunidades camponesas, se não abriremos um espaço nas cidades para nossa própria criatividade e para nosso próprio anseio de não depender daqueles que nos envenenam com comida a preços que ninguém pode pagar.

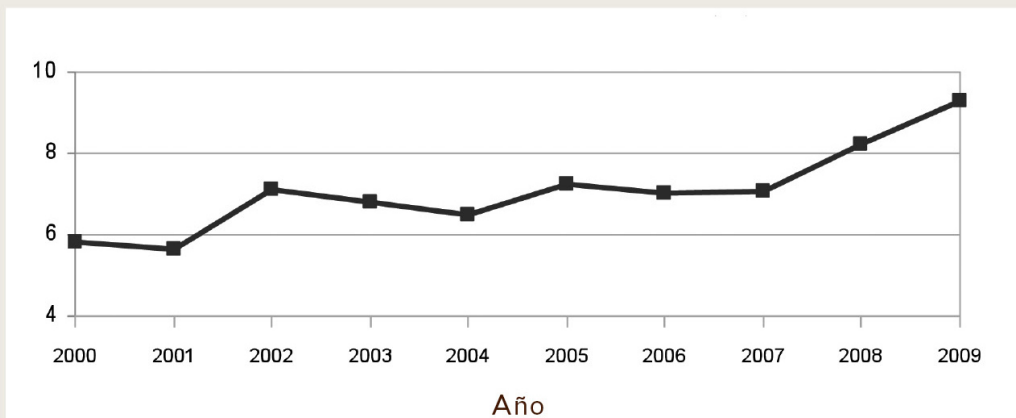
A Revolução Verde em Ruanda: um programa autoritário de intensificação agrícola a serviço da agroindústria

Manuel Milz

A ideia de que a África deve se beneficiar com uma Revolução Verde da qual “se perdeu” nos anos 1960, procurou-se implantar desde 2004, quando Kofi Annan – então Secretário Geral das Nações Unidas – declarou estar a favor de uma “revolução verde autenticamente africana”. O Programa Detalhado para o Desenvolvimento da Agricultura Africana (PDDAA) – aprovado pela União Africana em 2003 através do NEPAD (*New Partnership for Africa's Development* [Nova Parceria para o Desenvolvimento da África]) – já havia lançado o processo ao fixar o objetivo de crescimento do setor agrícola em 6% ao ano, e um aumento do investimento público na agricultura para que alcançasse 10% dos orçamentos nacionais. Metas louváveis, mas sua aplicação baseia-se, mais uma vez, nos dogmas produtivistas da Revolução Verde financiada pela Fundação Rockefeller nos anos 1960. Tais dogmas afirmam que “as sementes melhoradas são os catalisadores que colocam em marcha o motor da revolução verde, e os fertilizantes minerais (químicos) são o combustível para fazê-la funcionar”¹. O programa da União Africana tomou forma em 2006 com a Declaração de Abuja no marco da Cúpula da África sobre fertilizantes. Os Estados membros da União Africana comprometeram-se a multiplicar ao menos por seis o consumo médio de fertilizantes químicos até 2015. Por seu lado, o setor privado lançou uma ofensiva mediante sementes comerciais, chamadas “melhoradas” ou “selecionadas”, através da AGRA, sigla em inglês para Aliança para uma Revolução Verde na África (entidade criada em 2006 pela Fundação Rockefeller e pela Fundação Bill e Melinda Gates), e da qual Kofi Annan é presidente desde 2007. O programa pretende “financiar os melhoristas públicos para que desenvolvam novas variedades, financiar empresas privadas para que vendam estas aos agricultores e proporcionar crédito aos agricultores para que comprem tais sementes”². Não se devem esquecer os fertilizantes químicos e os produtos fitossanitários que os acompanham.

Produção agrícola de subsistência anual de Ruanda

Evolução da produção agrícola alimentar em Ruanda (milhões de toneladas)



Fonte: MINAGRI, estatísticas agrícolas 2000-2009, disponíveis em <http://www.amis.minagri.gov.rw>

Ruanda envolve-se, com toda pompa, na Revolução Verde. Sendo o primeiro país africano que firmou um acordo “compacto”³ em relação ao PDDAA, em 2007 Ruanda se aprontou para converter-se num aluno modelo nessa nova corrida pela Revolução Verde na África. Em um país envolvido numa via autoritária de desenvolvimento, o governo levanta agora o lema da “green revolution”⁴, a revolução verde, para designar a transformação da agricultura que se pretende implantar: um processo onde se acentua a especialização regional e se fortalecem os monocultivos, aumenta-se o uso de insumos modernos (sementes comerciais, fertilizantes e agrotóxicos) e de rejeitos de animais, combate-se a erosão, desenvolvem-se redes e se empreende a mudança de uma agricultura de subsistência para uma agricultura comercial orientada para o mercado⁵.

Para cumprir com esses compromissos e com aqueles pactuados com o FMI⁶, o governo ruandês lançou, em agosto de 2007, o Programa de Intensificação de Cultivos (CIP, por sua sigla em inglês), hoje em sua sétima safra de aplicação. O programa pretende aumentar a produtividade do cultivo de alimentos mediante diferentes meios: um aumento das importações e do uso de fertilizantes químicos – de 4 para 22 quilogramas por hectare ao ano até 2011 -; o uso maciço de sementes comerciais; fortalecimento do papel dos agrônomos locais; uma política de *consolidação das terras* [esse reajuste e reacomodação planejada das parcelas produtivas e de sua propriedade]; a organização do mercado e do setor privado, além de conceder facilidades para o acesso a créditos.

Com um orçamento anual de 22,8 milhões de dólares destinado ao Programa de Intensificação de Cultivos, o governo ruandês parece decidido a investir enormes somas na agricultura para reduzir de forma significativa as importações de produtos agrícolas alimentares. De acordo com as estatísticas nacionais, desde o início do CIP, a produção agrícola cresceu 14% ao ano, graças à triplicação das colheitas de milho, trigo e mandioca. As importações de cereais baixaram quase 20% ao ano⁷. A produtividade média do milho passou de 1,5 toneladas por hectare para mais de 4 toneladas para as variedades de polinização aberta, e de 6 a 7 toneladas por hectare para as variedades híbridas importadas do Quênia e da Tanzânia. Finalmente, as produtividades do milho e do trigo cresceram, respectivamente, 227% e 173% de 2007 a 2009 em todo o país.⁸ Esses resultados espetaculares – que foram favorecidos pelas excelentes chuvas de 2008 e 2009 – mostram de forma irrefutável que os métodos empregados têm efeitos quantitativos em escala nacional, pelo menos em curto prazo. Mas, devemos ter em mente que são, acima de tudo, produto da vontade

e dos colossais meios financeiros nunca antes investidos. Após do inegável aumento da produção nacional, escondem-se outros aspectos muito menos positivos para a população ruandesa e para os camponeses em particular.

Um programa autoritário de intensificação agrícola. Para início de conversa, o CIP não é um processo de acordo nacional onde sejam levadas em conta as necessidades e as opiniões dos principais interessados. Depois de conseguir a reconstrução e estabilização de um país devastado pela guerra e pelo genocídio de 1994, o governo ruandês, encabeçado pelo presidente Paul Kagame, utilizou grandes recursos para promover uma política voluntarista de desenvolvimento a toque de caixa, com muito pouco espaço para o debate e a crítica. As reformas e os planos de ação de desenvolvimento, conduzidos com rigor e eficácia, afiançaram a boa reputação do governo entre os doadores e financiadores e transformaram em questão de honra demonstrar que um crescimento econômico contínuo, baseado na agricultura e nos serviços, era possível em um país desprovido de recursos estratégicos. As autoridades dispuseram de importantes meios administrativos e financeiros para obter resultados imediatos. Cada distrito administrativo recebeu pressões evidentes do nível superior para atingir resultados precisos em termos de produção agrícola. Ao mesmo tempo, exigiu-se que os dirigentes das cooperativas obtivessem resultados concretos e seguissem a bandeira da “revolução verde”: se não o fizessem, seu mandato poderia ser questionado.

Para assegurar que o programa fosse aplicado nos perímetros identificados pelos agentes da administração, os camponeses foram forçados a se reagrupar em cooperativas. Os dirigentes das cooperativas foram substituídos de maneira autoritária por outras pessoas mais dispostas a acatar as disposições e objetivos das autoridades administrativas.

Para cada distrito, priorizaram-se cultivos identificados como estratégicos: milho, arroz e mandioca no sudeste; batata, trigo e milho no norte; flores na província de Kigali, etc. Os sócios (voluntários ou à força) do CIP devem se ajustar ao programa implementado pelo Ministério da Agricultura: é obrigatório plantar só certos cultivos, é proibido associar cultivos, são obrigatórios os monocultivos e a consolidação de terras.

Em Cuyne, no distrito de Musanze, por exemplo, os novos dirigentes locais mandaram arrancar todos os cultivos que não fossem milho, cultivo eleito para essa região no início da safra de 2009⁹.

Em Gitamara, um dirigente da cooperativa IABM conta que obrigaram os milhares de membros da cooperativa a adotar certas sementes de milho e de soja para o plantio: “As autoridades nos exigiram que nos tornássemos produtores com sementes comerciais, enquanto as mulheres da cooperativa queriam continuar cultivando batata-doce, couve e outras hortaliças nas áreas úmidas. Como elas não cederam, as autoridades terminaram enviando os militares para destruir nossos plantios”.

O monocultivo obrigatório. Os consórcios de cultivos ocupam espaços aéreos e subterrâneos complementares e têm efeitos benéficos (fixação de nitrogênio atmosférico no solo pelas leguminosas, proteção contra pragas e doenças, contra a erosão, etc.). Permitem aos camponeses aproveitar melhor suas terras e obter uma produção diversificada. Por outro lado, o uso de sementes melhoradas, de fertilizantes e agrotóxicos, exigem a opção obrigatória pelo monocultivo com a finalidade de tornar rentável esse pacote de insumos, o qual está muito distante de um manejo centrado na diversidade. A crescente importância do monocultivo em Ruanda é uma consequência do CIP. Para poder se manter no cargo, o presidente de uma cooperativa do distrito de Kayonza assegura que teve que obrigar os membros da cooperativa a abandonar a ideia de cultivar feijão junto com o milho.

Para poder aplicar a política de regionalizar cultivos em um país cujas terras estão tão fracionadas, o governo recorreu à exploração das vastas zonas férteis das

áreas úmidas e reforçou sua política de consolidação de terras. A administração local interveio nas cooperativas e também se intrometeu com os camponeses não organizados, e os colocou a plantar o mesmo monocultivo em superfícies enormes, antes diversificadas, com o objetivo de facilitar a introdução e o acompanhamento dos itinerários de cultivos nas referidas “terras consolidadas”. A lei sobre a propriedade de 2005 menciona que, no caso de alguém não poder cumprir com a produção de cultivos específicos que foram adotados pelas instâncias habilitadas, as autoridades podem recorrer à requisição ou inclusive ao confisco das terras¹⁰. Além das sanções às quais se expõem os produtores que não aceitem as opções estabelecidas, a lei promove que os agricultores usem sua terra como garantia para lhes facilitar créditos, o que implica um risco para os camponeses mais pobres que podem perder suas terras se não conseguirem pagar os empréstimos.

De acordo com um estudo de 2009 sobre a aplicação do CIP no distrito de Bugeresa¹¹, vários produtores comprometidos com o programa “expressam certas reservas sobre as mudanças que consideram forçadas. Algumas pessoas entrevistadas explicam que não se atrevem a interferir nas decisões do distrito e aplicam as recomendações ainda que sejam contrárias às suas convicções. Alguns produtores comentam, também, que os monocultivos não se adaptam às condições que muitos deles conhecem, pois têm somente pequenas superfícies de cultivo e preferem plantar vários cultivos para minimizar riscos e garantir uma produção diversificada”. Os levantamentos efetuados para o estudo mostram que os produtores identificam os aportes técnicos do CIP na seguinte ordem: o monocultivo, o plantio em linha com distâncias fixas entre os sulcos, o uso de sementes “de qualidade”, o combate fitossanitário e o uso de adubos químicos¹². Trata-se da aplicação repetida das mesmas fórmulas que na Revolução Verde da Ásia e da América nos anos 1960, que não leva em conta os saberes dos camponeses no que se refere à seleção de variedades, a consórcios e à rotação de cultivos.

Apesar de Ruanda ainda não produzir sementes híbridas¹³, todos os esforços convergem nessa direção. No âmbito do CIP, o governo importa enormes quantidades de sementes híbridas de origem estrangeira, principalmente de milho. Em numerosos casos, as sementes híbridas não foram homologadas pelos serviços do Estado e são impostas sem consulta prévia aos agricultores sujeitos ao programa. Ainda que percebam o efeito que estas têm na produtividade, numerosos agricultores queixam-se dos inconvenientes das sementes híbridas. Explicam que não os preveniram de que as sementes obtidas em suas colheitas não podiam voltar a ser plantadas, e que, nos cálculos de rentabilidade de seus projetos, não levaram em conta esse fator. Além disso, o preço das sementes híbridas é 30% maior do que o das sementes comerciais comuns¹⁴. Os agricultores tornam-se, então, dependentes dos múltiplos atores de uma rede complexa que os abastece de sementes, quando antes gozavam de soberania. A data de plantio de um cultivo já não depende da observação das condições meteorológicas por parte do camponês, mas sim da organização mais ou menos eficiente da administração encarregada do programa de intensificação agrícola.

Evolução das ações do CIP para as safras A¹⁵			
Ações do CIP	2008A	2009A	2010A
Consolidação das terras (hectares)	28 mil	66 mil	254 448
Distribuição de sementes melhoradas (toneladas)	600	1 200	3 mil
Importação de adubos químicos (toneladas)	6 mil	14 427	33 500
Número de lares no programa CIP	85 mil	200 mil	750 mil
Fonte: Programa de Intensificação de Cultivos, 2008-2009, Avaliação, IFDC, março de 2010, p. 6			

A erosão da biodiversidade agrícola. Do ponto de vista da biodiversidade, o CIP passa completamente por cima da importância que tem a diversificação das espécies e variedades cultivadas como meio de luta contra as enfermidades e como forma de preservar a agrobiodiversidade necessária para a evolução conjunta das plantas e das condições ambientais. Ao introduzir uma ou duas variedades “melhoradas” por espécie em grandes superfícies consolidadas (várias centenas de hectares), corre-se um risco de catástrofe sem precedentes em caso de ataque severo de doenças ou de má colheita.

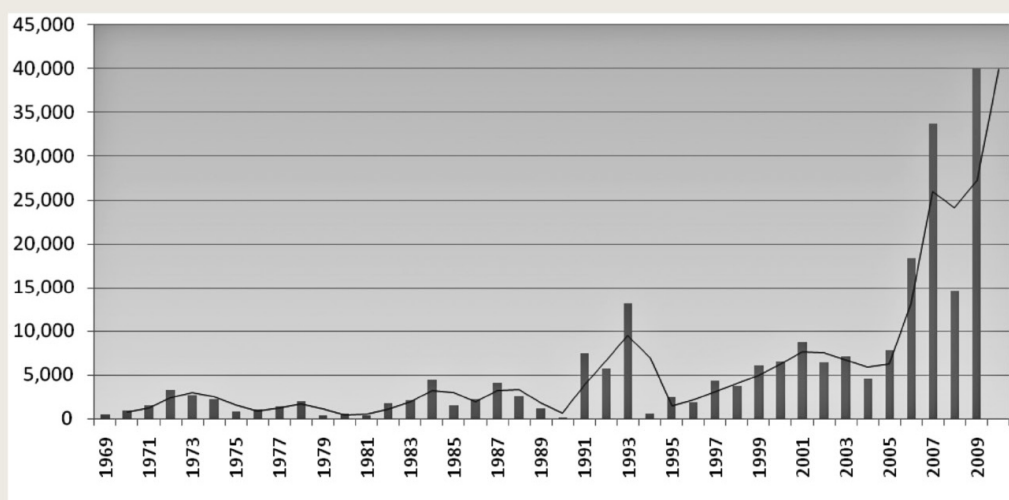
A regionalização obrigatória dos cultivos fixos é feita à custa de outros cultivos essenciais para a segurança alimentar e para o equilíbrio nutricional da população. Apesar de se terem preparado áreas úmidas que não tinham sido exploradas para conseguir tal regionalização de cultivos, a produção de milho híbrido “é realizada no lugar de outros cultivos que eram produzidos antes (batata-doce, sorgo), e isso por exigência dos supervisores locais. Isso implica o desaparecimento das produções tradicionais, consideradas pouco produtivas, em benefício de uma que outra espécie, a maioria de origem externa à região, consideradas rentáveis, principalmente do ponto de vista econômico”¹⁶. O estudo da importância relativa dos cultivos nas cooperativas envolvidas no CIP no distrito de Bugesera mostra uma severa tendência à perda de diversidade agrícola: o milho aumentou sua perda de diversidade para 89%, quando antes apresentava 48% de tal perda.¹⁷

Na direção de um modelo agrícola cada vez mais desigual. A regionalização dos cultivos e a perda de diversidade agrícola provocam também uma redução na disponibilidade de certos produtos locais. Isso leva a um crescimento do transporte de mercadorias para o interior do país, a uma degradação da qualidade nutritiva da maior parte das hortaliças e tubérculos, conduz a perdas posteriores das colheitas mais importantes e a um aumento do preço dos produtos alimentícios que se produziam antes e que estavam disponíveis em nível local. Assim, nos mercados locais, o preço médio anual dos produtos alimentícios básicos aumentou 24% entre 2006 e 2008, e, respectivamente, 27% e 34% para o feijão e o milho de 2006 a 2009,¹⁸ quando a taxa de inflação média nesse período foi de 9,8%.¹⁹ O governo pretende concentrar a produção em armazéns nacionais estratégicos e proíbe que os camponeses do CIP vendam suas produções antes de os serviços encarregados comprarem suas colheitas. Mas, no norte do país, os camponeses que tiveram que praticar o monocultivo só tinham milho para comer e não tiveram dinheiro para comprar outros víveres. Os mercados agrícolas nunca estiveram tão vazios.²⁰

Finalmente, como ocorreu com a Revolução Verde na Ásia e na América Latina, o CIP concentra seus esforços em uma minoria camponesa a que favorece mais (quase todos os que estão organizados em cooperativas e exploram as terras mais férteis – áreas úmidas e relevos planos -) e ignora o restante, que vive em colinas com fortes declives e sofre os mais graves problemas de erosão e de perda de fertilidade dos solos. Apesar de outros programas públicos construírem terraços nas colinas e lutarem contra a erosão, a grande maioria dos camponeses continua enfrentando muitos problemas em superfícies mais e mais reduzidas, e não deixa de aumentar em todo o país o número de camponeses sem terras (atualmente se calcula em 15%). Ainda que admitíssemos que é possível obter efeitos positivos quanto à autossuficiência alimentar em nível nacional, os resultados da Revolução Verde poderiam levar a uma sociedade agrária de duas velocidades que, em longo prazo, prejudicará os pequenos camponeses no relativo a seus territórios, no acesso ao mercado e em ter uma alimentação suficiente e diversificada.

Evolução das quantidades de adubos químicos importadas em Ruanda (em toneladas)

Quantidade de adubos importados 1969-2009 em milhões de toneladas



Fonte: Programa de Intensificação de Cultivos, 2008-2009, Avaliação, IFDC, março de 2010, p. 8b

Um programa em benefício da indústria agroquímica. As proezas de produção dos primeiros anos da Revolução Verde em Ruanda poderiam parecer uma demonstração do êxito da agricultura química. Mas, não se deve perder de vista que o aumento efetivo da produção nacional desde a aplicação do CIP revela, principalmente, o que se pode conseguir se, na agricultura, forem investidos recursos financeiros e vontade. Apesar desse modelo agrícola dever sua produtividade aos abundantes recursos colocados a seu serviço, não se consideram os efeitos desastrosos que provoca em longo prazo na qualidade dos solos, no meio ambiente, na biodiversidade e no bem-estar dos seres humanos. Além disso, com o pretexto de tornar o país mais autônomo nas questões alimentares através de técnicas modernas padronizadas baseadas na utilização de insumos externos caros, tudo se encaminha para que, no longo prazo, a agricultura ruandesa dependa muito mais da indústria agroquímica e dos organismos de crédito, destruindo os mecanismos da autonomia alimentar – aperfeiçoados durante séculos pelos camponeses ruandeses.

A implementação acelerada da Revolução Verde em Ruanda confirma também que, apesar dos sermões a respeito da democracia nos países do Sul, os organismos financiadores internacionais entendem-se muito bem com os Estados autoritários para aplicar fórmulas liberais e fazer frutificar mercados tão lucrativos como a agroquímica.

Através do Programa Global de Resposta à Crise Alimentar, o Banco Mundial liberou 10 milhões de dólares em 2008 para a aquisição de adubos químicos em Ruanda²¹. As grandes empresas ocidentais vendem dezenas de milhares de toneladas de adubo, e a maioria do dinheiro investido acaba retornando à economia dos países industrializados. Sem dúvida, o caso mais revelador em Ruanda é o da companhia norueguesa Yara International ASA, primeira fornecedora de adubos químicos de origem mineral no mundo, fundadora do Fórum sobre a Revolução Verde na África (AGRF) que aconteceu em Gana de 2 a 4 de setembro de 2010 sob a presidência de Kofi Annan.

Na realidade, o principal beneficiário do programa de intensificação agrícola em Ruanda²² é a multinacional: a cada ano, acumula vários milhões de dólares a partir dos fundos do programa. Beneficia-se, também, com os principais mercados que abastecem adubos químicos na maior parte dos demais países africanos envolvidos na Revolução Verde, como Gana, Malawi, Moçambique e Tanzânia²³. No total, 80% do

orçamento do CIP destina-se à compra de adubos químicos de multinacionais especializadas na produção e exportação de adubos e agrotóxicos químicos²⁴. A nova Revolução Verde concebida para a África segue as diretrizes econômicas e agrárias liberais dos organismos financiadores internacionais. Com o pretexto de discursos humanistas de luta contra a pobreza, serve claramente aos interesses da agroindústria.

Outra revolução agrícola para Ruanda. Ao investir maciça e eficazmente em vários setores de sua economia, em particular no desenvolvimento rural e na agricultura, o governo ruandês demonstra que tem a firme vontade de levar o país adiante. Por outro lado, ao cancelar os programas internacionais de ajuda alimentar, parece querer aproveitar os fundos disponíveis e a confiança dos organismos financiadores para melhorar a segurança alimentar e diminuir as importações de produtos agrícolas. Ainda que o país não tenha muitas opções mais, devido ao seu isolamento e à quase total ausência de jazidas de matérias-primas estratégicas, é louvável sua atitude soberanista. Mas Ruanda deve trabalhar buscando um novo enfoque para sua agricultura com o objetivo de alimentar mais de 10 milhões de pessoas em um território menor que a Bélgica, pois a gestão atual dos programas de intensificação agrícola não traz soluções em longo prazo para as necessidades da maior parte dos camponeses ruandeses.

Na última versão do programa de transformação da agricultura (PSTA II, 2009), vê-se claramente que, apesar disso, o governo poderia promover o aumento do uso de adubos orgânicos, em particular o esterco de bovinos confinados. Reconhece que “para compensar a queda da fertilidade dos solos, uma solução poderia ser o maior uso de adubos químicos, mas isso implica um custo que requer divisas estrangeiras, e cria uma espiral onde se necessitam cada vez mais adubos para compensar o agravamento do problema. Além disso, o excedente de adubos acarreta impactos ambientais [...]. Por outro lado, as práticas de agricultura sustentável reduzem a erosão e o decréscimo de fertilidade, o que significa que a produtividade agrícola mantém-se com custos menores”²⁵.

Mas o governo ruandês deve passar das palavras para as ações, demonstrar uma verdadeira vontade política e tomar medidas de grande envergadura como fez com o CIP. Porque, enquanto isso, a quantidade de adubos químicos importados multiplicou-se por cinco desde 2005, e a superfície afetada pelo CIP em 2010 quase quadruplicou em relação ao ano anterior: estima-se que 17% da superfície total cultivada do país está sob os esquemas de *consolidação*.²⁶ Porque existem outras soluções. Numerosos estudos científicos e ações práticas demonstram que a via mais sustentável – e mais econômica – é a de levar em consideração os saberes dos camponeses e aproveitar as técnicas que permitem recuperar e conservar a fertilidade dos solos através da reciclagem dos elementos nutritivos. Métodos como a agrofloresta, o cultivo de leguminosas que fixam o nitrogênio, os cultivos intercalados, os consórcios e rotações de cultivos, a preparação de inseticidas naturais e as compostagens, demonstraram sua eficiência e permitem aos camponeses melhorar a fertilidade dos solos e a produtividade. O centro Gako Organic Farming de Kabuga é um excelente exemplo das possibilidades que as técnicas sustentáveis de manejo da fertilidade dos solos oferecem. Richard Munyerango estudou a agroecologia que se pratica em Uganda e criou, no ano de 2000, essa granja e centro de formação em agricultura orgânica a alguns quilômetros de Kigali. “Com a agricultura orgânica, podemos produzir alimentos saudáveis e diversificados em quantidades suficientes – e protegemos os solos, aumentando a taxa de matéria orgânica ano após ano. Não dependemos dos caros adubos químicos importados que causam danos ao nosso solo. Os adubos que usamos não têm nenhum custo, pois os elaboramos com os resíduos da criação de gado e das colheitas. Usando técnicas como a compostagem e os consórcios de cultivos, inclusive as famílias muito pobres podem melhorar sua autonomia alimentar de maneira sustentável e recuperar sua dignidade de

camponeses, com a condição de poder contar, para começar, com alguns animais para produzir esterco”. O êxito do centro fez com que, nos últimos anos, várias organizações não governamentais apoiassem a capacitação de milhares de camponeses ruandeses em agricultura orgânica. Tais resultados nos fazem pensar que os métodos sustentáveis, acessíveis e respeitosos da soberania dos camponeses são viáveis para a agricultura em Ruanda e, portanto, merecem um reconhecimento e um apoio mais significativo por parte das autoridades – do que a atual Revolução Verde.

Alcançar um progresso agrícola que beneficie todos implica aproveitar meios de intensificação que levem em conta a experiência e os saberes dos camponeses de Ruanda, ao invés de empenhar-se em embarcar uma minoria de agricultores em uma dispendiosa agricultura química.

Em Ruanda, como no resto do mundo, os investimentos e subvenções de grande magnitude – utilizadas até o momento para a agroindústria -, deveriam ser usados para recuperar e melhorar de formas sustentáveis a fertilidade dos solos, para promover o acesso à terra, para promover as sementes dos camponeses e seu melhoramento participativo, para proteger a biodiversidade e a pesquisa subvencionada de técnicas apropriadas que permitam aos camponeses assegurar uma produção alimentar de qualidade e uma vida digna em longo prazo. Necessita-se uma revolução das mentalidades, um questionamento dos dogmas econômicos e uma vontade real de instaurar programas radicais que trabalhem em favor da soberania alimentar dos povos e para o futuro dos camponeses.

Setembro de 2010

1 De acordo com a citação de Norman Borlaug, considerado o pai da Revolução Verde, International Fertilizer Development Center, relatório de junho de 2006, <http://www.ifdc.org>

2 *Une nouvelle révolution verte pour l'Afrique?*, GRAIN, dezembro de 2007, <http://www.grain.org/briefings/?id=206>

3 Acordo nacional “compact”, entre o governo, o organismo econômico regional envolvido, o setor privado, a sociedade civil e os sócios para o desenvolvimento .4 Ruanda aderiu ao *Commonwealth* em 2009 e promove o uso do idioma inglês em suas instituições.

5 *Plan estratégico de transformación de la agricultura, Fase II*. PSTA II, fevereiro de 2009, disponível em http://www.primature.gov.rw/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=903&Itemid=95

6 O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial impõem aos países de baixa renda a elaboração de um documento estratégico de luta contra a pobreza (PRSP por sua sigla em inglês) como condição de acesso aos financiamentos internacionais.

7 <http://www.fao.org/giews/countrybrief>

8 Crop Intensification Program, 2008-2009, Relatório de Avaliação, IFDC, março de 2010, p. vi, http://www.amis.minagri.gov.rw/sites/default/files/user/CIP_2008-2009_Evaluation_report.doc.pdf

9 Albert-Baudoin Twizeyimana, “Ruanda: los agricultores producen más... y comen menos”, abril de 2010, em Syfia Grands Lacs, <http://www.syfia-grands-lacs.info/index.php5?view=articles&action=voir&idArticle=1737>

10 Lei nº08/2005 sobre a propriedade em Ruanda J.O. Nº18 de 15/09/2005.

11 “El programa de intensificación de los cultivos de maíz en Ruanda frente al desarrollo sustentable: prácticas y perspectivas. El caso del distrito de Bugeresa”, D. Binart, Universidade de Maine, 2009, p.54

12 D. Binart, *op. cit.*, p.51

13 As sementes híbridas, ao contrário das de polinização aberta, degeneram tão rapidamente que o camponês não pode tornar a plantar sua colheita. Se quer obter plantas com as mesmas características, tem que tornar a comprar, a cada safra, um novo pacote de sementes híbridas.

14 D. Binart, *op. cit.*, p.66

15 Ruanda tem duas temporadas de chuva: a temporada A, de setembro a janeiro, e a temporada B de fevereiro a junho. 16 D. Binart, *op. cit.*, p. 48

17 Dados não cifrados. Destacam os cultivos em ordem de importância por superfície cultivada em 14 cooperativas que integram cerca de 10 mil membros em mais de 3 mil hectares.

D. Binart, *op. cit.*, p. 47.

18 Dados disponíveis em <http://www.amis.minagri.gov.rw>

19 http://www.indexmundi.com/rwanda/inflation_rate_%28consumer_prices%29.html

20 Albert-Baudoin Twizeyimana, *op.cit.*

21 <http://www.worldbank.org/foodcrisis/pdf/GFRPProjectStatus.pdf> y <http://web.worldbank.org>

22 Crop Intensification Program, 2008-2009, Relatório de Avaliação, IFDC, março de 2010, p. 14

23 Consultar <http://www.yara.com> y http://agrforum.com/sites/agrforum.com/files/AGRF_FdeD4.pdf

24 Crop Intensification Program, 2008-2009, , Relatório de Avaliação, IFDC, março de 2010, p. 14

25 *Plan estratégico de transformación de la agricultura, Fase II*. PSTA II, fevereiro de 2009, p.20 (tradução do inglês do autor), http://www.primature.gov.rw/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=903&Itemid=95

26 Crop Intensification Program, 2008-2009, , Relatório de Avaliação, IFDC, março de 2010, p. 14

Vozes da África

Deixem-nos trabalhar e alimentaremos a África

Mamadou Cissokho

Houve um tempo em que os Estados africanos apoiavam os seus camponeses. E depois veio um tempo de seca para os Estados, que se viram endividados. Então, foram colocados sob a tutela do FMI e do Banco Mundial. “Privatizem, liberalizem, escancarem suas fronteiras”, disseram-nos, dando-nos a entender claramente que, a partir desse momento, o gerenciamento dos assuntos econômicos de nossos países já não era incumbência nossa. Foi nesse momento que o Estado desapareceu: nada mais de assessoria, nada mais de créditos, nada mais para nós, os camponeses. Ao mesmo tempo, a Europa afundava debaixo dos excedentes agrícolas. E o que aconteceu? Inundaram com eles nossos países. Nós, os camponeses, sem subvenções, sem ajudas, de repente tivemos produtos caros demais diante da concorrência desleal dos produtos dos camponeses europeus, que têm muitas subvenções. Despojados de meios de subsistência, os camponeses foram varridos para as cidades para engrossar as filas dos miseráveis. Então, para que os habitantes das cidades não se rebelassem, justificou-se com preços baixos a entrada maciça de produtos agrícolas. Mas, ao mesmo tempo, matavam os camponeses locais.

Depois nos inundaram com especialistas, para nos ajudar. Disseram-nos que não éramos competitivos, porque continuávamos usando a enxada. Mas não houve ninguém que nos desse nada. E, sem sustento, sem apoio, ficamos completamente entregues à nossa própria sorte. Os programas de reajustes estruturais quebraram a confiança entre o Estado e os camponeses, que, todavia, respondiam pela maior parte do Produto Interno Bruto. Pensamos: se já não há Estado, se já não restam estruturas que nos apoiem, temos que nos cuidar sozinhos. Foi nesse contexto que nasceram as organizações de produtores agrícolas tal como as conhecemos hoje. Os movimentos dos camponeses indignados por sua situação originaram-se nos povoados e chegaram a nível nacional. Naquela época, o status de camponeses estava tão desvalorizado que, se perguntassem a um camponês qual era sua profissão, respondia: “não tenho profissão”, tão intenso era seu sentimento de não ser nada.

Superamos muitos obstáculos para poder melhorar nossa situação. Mas temos que continuar lutando para sobreviver. Agora o desafio é combater a grilagem legal de nossas próprias terras por países estrangeiros e empresas privadas. Essas terras são vendidas a preço de banana por nossas autoridades, com muita frequência pela pressão dos mais altos responsáveis pelo país. Procuramos pressionar os nossos dirigentes locais para que deixem de vender nossas terras a quem oferecer o melhor preço. Mas, no Senegal, o movimento camponês que luta contra a grilagem legal das terras continua sendo muito fraco, principalmente porque falta informação. Exigimos que nos reconheçam o direito das famílias de explorar as terras que ocupam, que as áreas de savana de cada povoado sejam reconhecidos como propriedade da comunidade, que os demais espaços que rodeiam o povoado sejam considerados bens comunitários administrados por todos nós.

Então nos dizem: se isso ocorrer, os investidores não virão, porque não se sentirão seguros. Quer dizer que, para atrair investidores, devemos não ser ninguém em nossas terras? Se um investidor vem à nossa casa deve gozar de absoluta segurança. Por que todos podem ter segurança, e nós não? Por que os camponeses não têm nenhuma garantia? Ninguém se preocupa conosco; se temos problemas, vamos à mesquita ou à igreja rezar. Nada mais. Mas a economia deveria ser justa para todos, não só para os investidores estrangeiros. Como alimentar a África? Nós, os camponeses, sabemos muito bem: simplesmente nos deixem trabalhar, sem nos colocar empecilhos a toda hora como a OMC, o Banco Mundial, o FMI, a liquidação de

nossas terras, as sementes transgênicas, e todos esses especialistas que nos incomodam.

Mamadou Cissokho, é presidente honorário da Rede das Organizações Camponesas e de Produtores da África do Oeste (ROPPA)

A grilagem legal de terras em Mali

Ibrahim Coulibaly

A grilagem legal de terras é um problema que se acelerou desde a crise alimentar de 2008. Converteu-se em um problema muito grave em Mali, onde, em poucos anos, vimos quase 700 mil hectares serem cedidos pelo governo a empresas estrangeiras, Estados estrangeiros ou aos chamados investidores nacionais.

O que temos que entender é que essa tendência à grilagem legal de terras joga à direita na linha das políticas neoliberais, já que querem fazer as pessoas acreditarem que os camponeses não conseguem nos dar de comer. Essa foi a mensagem dos governos depois da crise alimentar: que temos que aumentar a produção de alimentos. Mas se isso fosse verdade, acredito que foram essas mesmas políticas, aplicadas em nossos países durante os últimos 30 anos pelo Banco Mundial e pelo FMI, que não permitiram alimentar nossos países. E não vamos resolver o problema da alimentação entregando terras aos interesses estrangeiros. Principalmente porque a crise alimentar demonstrou que os países que dependiam do mercado para seu abastecimento de alimentos ficaram muito vulneráveis. Então realmente era o momento para fortalecer a agricultura local, investir na agricultura familiar, com o objetivo de produzir mais, ou melhor ainda, de alimentar nossos países.

Em vez disso, decidiu-se entregar terras a Estados que têm problemas de abastecimento de alimentos. Quando um Estado como a Líbia, que não tem água e cujas terras são totalmente improdutivas, chega a ter mais de 100 mil hectares de terras agrícolas em Mali, não é para produzir alimentos para os malineses, isso é óbvio. Então, por que o Estado de Mali cede nossas terras mais produtivas e melhor irrigadas a interesses estrangeiros ou a países que necessitam delas para produzir seus alimentos? Isso é o que denunciamos.

Uma coisa que fica evidente é que tudo isso se deve à perda de controle sobre a formulação de políticas e sua aplicação em nível nacional. Em outras palavras, todas as ideias que dão forma às políticas de nosso Estado são ditadas do exterior.

Darei um exemplo. Foi o próprio presidente da República quem decidiu destinar terras na região conhecida como *Office du Niger*, o que é para nós totalmente anacrônico. Não é o papel ou o trabalho de um chefe de Estado ceder terras agrícolas. E há normas para o adequado manejo de terras que “pertencem”, por assim dizer, ao Estado de Mali. Há um decreto, quase uma lei, que define como administrar essas terras.

Mas agora essas regras foram deixadas de lado, porque o presidente da República, diante da insistência do Banco Mundial, criou um Conselho Presidencial para o Investimento. O que é esse Conselho Presidencial para o Investimento? É um mecanismo que foi colocado em andamento com o objetivo de acelerar o processo de investimento em nossos países. Temos um em Mali, muitos países africanos têm um, são uma criação do Banco Mundial. E o que fazem? Nossos chefes de Estado basicamente contratam gerentes muito jovens, profissionais recém saídos de universidades norte-americanas que vivem em um planeta completamente diferente, que não sabem nada a respeito das realidades de nossos países e que somente realizaram estudos de administração ou afins. São recrutados e se convertem em assessores presidenciais de investimento.

Então, qualquer um que venha com dinheiro, inclusive se for dinheiro de drogas, desde que traga dinheiro, lhe estendem o tapete vermelho. Isso é sumamente perigoso. Acreditamos que amanhã será possível que o dinheiro das drogas tome o poder em nosso país, porque ninguém está buscando ou tratando de entender quem entra. Tão logo chega o dinheiro, as portas se abrem por completo e se entregam as terras de cultivo muito facilmente, sem transparência.

Não podemos aceitar isso. Especialmente porque se trata de problemas relacionados com a terra. E há muitos seres humanos que vivem nessas terras. Estamos falando de milhares de povoados, milhões de pessoas que sempre existiram: pastores, camponeses, pescadores que se encontram nesses territórios há milênios. Eles têm direitos. Ninguém lhes pode negar seus direitos.

É por isso que nos mobilizamos. Fizemos uma grande mobilização em 22 de novembro de 2010 para demonstrar que não vamos aceitar isso, nunca vamos aceitar isso.

Para mim, não há outro termo. A apropriação de terras é banditismo de Estado. Temos que tratá-los como bandidos porque tratam de se apoderar ou tomar o único recurso que resta aos pobres e dá-lo aos que já têm demais, os que já são extremamente ricos. E isso é inaceitável.

Entrevista com Ibrahim Coulibaly, membro do CNOP, Mali, Foro Social tv, *Le Temps*, 9 de fevereiro de 2011

Colômbia

Promoção do mercado de terras no plano de governo

Paula Álvarez Roa

Grupo Semillas

Na Colômbia, aprovou-se, recentemente, no congresso da República, o Plano Nacional de Desenvolvimento, um plano de governo do novo presidente Juan Manuel Santos para o período (2010-2014).

Um dos temas centrais desse governo, que foi incluído em tal plano, é o das terras, e para ele foi anunciada uma Política integral de terras que passa por 4 elementos básicos: devolução de terras às vítimas das quais foram arrebatadas a partir do conflito; o modelo de desenvolvimento rural, com um Estado que provê de bens públicos como infraestrutura, pesquisa, eletricidade, entre outros, para garantir a agroexportação; formalização da propriedade, para assegurar o investimento e compra de terras de nacionais e estrangeiros, e uma política de subsídios e créditos para projetos produtivos.

Esses elementos da política são parte das “recomendações” do Banco Mundial, para o qual resolver o problema da posse da terra e em consequência formalizar a propriedade é um requisito indispensável do mercado de terras, que permitirá dar todas as garantias e segurança a investidores interessados em adquiri-las.

Isso é compreensível tendo como referência a discussão diante da crise alimentar e da carestia de alimentos no mercado mundial¹, a qual implicou que grandes companhias e governos estejam buscando terras em todo o mundo para produzir alimentos. A FAO calcula que no mundo há cerca de 2,6 bilhões de hectares aproveitáveis para a agricultura que não estão sendo utilizados para cultivos. Destes, 900 milhões estão localizados em sete países: Brasil, República Democrática do Congo, Angola, Sudão, Argentina, Bolívia e Colômbia². Isso ajuda a explicar por que se avança no país com essa “política integral de terras” e por que é tão importante para o governo seguir ao pé da letra as “recomendações” do Banco Mundial.

Com o projeto de lei do Plano Nacional de Desenvolvimento aprovado em abril de 2011, em particular mediante os artigos 56, 57, 58 e 59, pretende-se facilitar o acesso a terras a investidores colombianos e estrangeiros para dar início a conglomerados produtivos que integrem, vertical e horizontalmente, a produção, transformação e comercialização, especialmente em regiões como o Altiplano.

Com essas reformas, não só se leva a agravar o monopólio da propriedade rural em um país que tem uma das maiores concentrações da terra no mundo (Gini de 0,87), graças a políticas públicas equivocadas e a fenômenos como o êxodo e o deslocamento forçado e o conseqüente abandono e espoliação de terras e territórios. Busca-se, também, monopolizar o uso do solo em cultivos permanentes, semipermanentes e florestais destinados à produção de alimentos para a exportação ou de agrocombustíveis, em menosprezo às populações rurais e à economia camponesa, provedora de alimentos e fonte de emprego rural.

Com esses quatro artigos do Plano, levanta-se a proibição de adquirir mais de uma *unidade agrícola familiar* (UAF)³ e se fomenta a configuração de Zonas de Desenvolvimento Empresarial em terras “baldias” da nação. Isso significa desconhecer os princípios e valores da Constituição política desenvolvidos na Lei 160 de 1994, na qual se regulamenta, por um lado, o direito de camponeses de poucos recursos e dos indígenas e afrodescendentes ao acesso justo e equitativo à propriedade da terra rural e, por outro lado, a *unidade agrícola familiar* como mecanismo para evitar a distribuição não equitativa da terra e seu fracionamento.

Incluir essa modificação da UAF beneficiará grandes empresas, tanto nacionais como estrangeiras, que já não terão que fracionar compras, como, por exemplo, a que fez a empresa brasileira Sementes Mônica, que, em 2008, comprou 13 mil hectares para o plantio de milho e soja no município de Puerto Gaitán (Meta). Mas, como não podia fazê-lo de forma total, uma vez que a UAF nessa região é mais ou menos até mil hectares, o que fez foi constituir seis empresas: *Catanaribo*, *Agromarchett*, *Agrocaxias*, *Tilava*, *Manacacias* e *Monicol*, que compraram por partes, esquivando-se, assim, da legislação colombiana. Então, reformas como as introduzidas no Plano Nacional de Desenvolvimento estão feitas sob medida para grandes empresas que, como a Sementes Mônica, querem adquirir grandes extensões de terra. É preciso ressaltar que há outros investidores interessados em chegar ao país, como argentinos, chilenos, chineses, norte-americanos, que, certamente, estão esperando que se modifique a lei para poder se estabelecer na Colômbia.

Além dos contratos de investimento nas zonas de desenvolvimento empresarial, nos contratos de *arrendamento* (artigo 59) que transfeririam finalmente a propriedade da fazenda à empresa que investe em produção, acabaria se substituindo o necessário estímulo à produção agropecuária por um estímulo à acumulação de terra em propriedade e à especulação com a terra no mercado financeiro internacional⁴.

Vários dos aspectos mencionados anteriormente foram apontados por organizações agrárias do país. Estas defendem que as reformas contidas no Plano Nacional de Desenvolvimento não podem ser feitas pelas costas da opinião pública, pelo que elaboraram uma carta que foi entregue ao congresso da República com cópia para várias entidades que lidam com o tema rural, e que foi subscrita amplamente por organizações e pessoas em nível nacional, solicitando que os artigos mencionados sejam retirados. Propuseram, ainda, realizar fóruns nacionais de discussão sobre esses temas. Da mesma forma, o congressista Wilson Arias advertiu em vários debates sobre o fenômeno de estrangeirização da terra na Colômbia para desenvolver grandes projetos agroindustriais, de mineração, de geração de energia e florestais. Arias fez importantes denúncias a respeito de irregularidades de empresas como a *Sementes Mônica*, que fracionou sua aquisição para fugir da legislação colombiana e adicionalmente recebeu subsídios de mais de 3,6 bilhões de pesos!

Por isso, consideramos que esse modelo que se promove no país em matéria de terras, aprofundará muito mais a concentração da propriedade em mãos de grandes empresários (nacionais e estrangeiros). A visão promovida pelo governo

através do Ministério de Agricultura privilegia a “flexibilização” do mercado de terras, de modo que esta possa ser utilizada em atividades mais produtivas e por usuários mais “eficientes”, fazendo, progressivamente, da agricultura em grande escala a única forma de produção no campo, o que arrasa com a agricultura e a economia camponesa.

Com essas reformas incluídas no Plano Nacional de Desenvolvimento, o campo já não tem por núcleo distributivo e enfoque socioeconômico a família, mas sim a empresa; a sobrevivência dependerá da escala de produção; o interesse não é a demanda interna e a produção nacional, mas sim abastecer mercados externos de alimentos e bens de consumo agroindustriais. O sujeito de identificação social não será o camponês, mas sim o empresário ou “o sócio” (do grande investidor).

Polítóloga e pesquisadora de políticas públicas ambientais e rurais. paula@semillas.org.co

1 “*El mundo toma medidas por escasez de alimentos; se estudia posibilidad de restricciones a las exportaciones*”, *Periódico Portafolio*, 11 de janeiro de 2011.

2 DNP (2010) loc. cit.

3 Entende-se por *unidade agrícola familiar* (UAF) o empreendimento de produção agrícola, pecuária, de aquacultura ou florestal cuja extensão, conforme as condições agroecológicas da região e com tecnologia adequada, permite à família remunerar seu trabalho e dispor de um excedente capitalizável que seja coadjuvante na formação de seu patrimônio. A UAF, para ser explorada normalmente, não necessitará mais do que o trabalho do proprietário e de sua família, sem prejuízo da utilização de mão de obra de fora se a natureza da exploração assim o exigir.

4 Héctor Mondragón. “¿*Burbuja de Tierra en vez de Empresa Agrícola y Pecuaria?*”. Grupo se Agricultura y Comercio, Alianza Social Continental. 2011.

Desalojamentos violentos na Guatemala

Mais uma vez as mesmas causas

Ignacio Cirio, *Radio Mundo Real*. Em 15 de março iniciou-se o desalojamento maciço e violento de 800 famílias que desde outubro de 2010 estavam acampadas no latifúndio da empresa açucareira Chabil Utzaj, no Vale do Polochic, departamento de Alta Verapaz, no norte da Guatemala. Apesar de que fora anunciado, derivou em uma manobra de provocação através de grupos “civis” que, protegidos pelas forças públicas, ingressaram na área, destruíram as casas, arrasaram a plantação e arremeteram contra os líderes da comunidade. A posse e uso da terra e a soberania alimentar – as causas que geraram o conflito armado dos anos 1970 -, permanecem intocadas.

Na ocasião, a equipe de comunicação da Via Campesina na Guatemala denunciou isso internacionalmente, apontando que a operação contou com participação da força pública estatal – o Exército e a Polícia Nacional Civil -, mas também houve elementos da segurança da empresa.

No processo de apossamento, os líderes comunitários contaram com acompanhamento da CUC-VC, iniciando-se em outubro de 2010 os trâmites de negociação dessas terras na secretaria de Assuntos Agrários e no Fundo Nacional de Terras (Fontierras). O objetivo era buscar mecanismos para a compra das áreas apossadas. Apesar da existência de uma mesa de diálogo a respeito, o tribunal de Primeira Instância Penal de Cobán, Alta Verapaz, deu ordem de despejo a pedido da empresa Chabil Utzaj, para a terça-feira 15 de março, iniciando-se em duas das quatorze comunidades assentadas, precisamente Miralvalle e Aguas Calientes.

“Em vez de ir pelo caminho do diálogo, a família Widmann, proprietários da Chabil Utzaj, e o governo estão optando pela violência e violação dos direitos”, apontou a informação da Via Campesina Guatemala.

No momento em que se executava o despejo, de nada adiantou o pedido do Comitê de Unidade Camponesa a policiais e empresários para que se respeitassem a integridade e os direitos humanos dos posseiros, assim como suas propriedades e,

principalmente, seus cultivos, fundamentais para sua alimentação diária. Ao clarear do dia 15 de março, tinham se instalado nas imediações mais de oito caminhões do Exército, várias patrulhas da Polícia Nacional Civil, assim como civis contratados pela empresa Chabil Utzaj, que, em alguns casos, foram vistos vestidos com uniformes do Exército.

Poucas horas depois, entravam na propriedade tratores e outras máquinas da empresa, destruindo os cultivos de subsistência das diversas comunidades, apesar do compromisso contrário assumido por parte da polícia junto aos líderes comunitários.

Paradoxalmente, a violência surgiu quando as famílias já começavam a se retirar. Foi então que a polícia entrou de forma violenta utilizando outro grupo – “camponeses” armados com facões. Foram os “civis”, de fato, os encarregados de realizar o “trabalho sujo” nessa dura jornada. Na retirada, a polícia com bombas lacrimogêneas, juntamente com os “camponeses” de choque, perseguiram os posseiros até um terreno privado, entrando em algumas das casas e agredindo homens e mulheres, segundo depoimentos recolhidos por telefone pela Rádio Mundo Real.

Consequentemente, Antonio Beb Ac, cidadão seriamente ferido na cabeça, faleceu durante o despejo da comunidade Miralvalle. Também foi ferida em uma perna María Elena Pau, por agentes que entraram em sua casa. José Tun e Rafael Suy foram feridos a bala quando a polícia capturou os líderes Justo Tiul Chen e Sebastián Choc.

Segundo informou o jornal digital guatemalteco *Prensa Libre*, a polícia e o exército negaram-se a confirmar a morte de Antonio Beb Ac “e inclusive chegaram a dizer que foi ele quem se feriu a si mesmo com seu facão” apesar de que “o fiscal encarregado do caso, Benigno Ramírez, confirmou o homicídio”.

A Via Campesina Guatemala diz que a política seguida pelo governo de Álvaro Cólom não tem como finalidade solucionar os problemas de conflitos agrários. “Não é possível que o governo ignore as demandas dos camponeses e que, pelo contrário, beneficie empresários e grandes proprietários de terra que estão concentrando e reconcentrando a terra para o plantio de grandes extensões de monocultivos”, destaca a organização.

Enquanto isso, a Anistia Internacional divulgou a violação de compromissos humanitários assumidos pela Guatemala nesse processo de despejo: “Os despejos no Vale do Polochic foram realizados até agora sem uma consulta adequada, aviso adequado ou a prestação de alojamento alternativo adequado, e devem cessar imediatamente”, disse Sebastián Elgueta, pesquisador na Guatemala da Anistia Internacional, ao jornal SigloXXI.

Condições objetivas e impunidade. Daniel Pascual, dirigente do CUC-Via Campesina, disse, em entrevista à Rádio Mundo Real, que os despejos maciços sucedem-se permanentemente em todo o mapa guatemalteco, onde, atualmente, existe uma centena de apossamentos de terras: “é uma clara manifestação da necessidade de que haja uma reforma agrária na Guatemala”, resumiu.

Fome, desemprego, migração do campo para a cidade representam as dolorosas condições objetivas para o debate sobre o conflito e a implementação de uma reforma agrária na Guatemala; caso contrário, suceder-se-ão esses atos de violência, uma vez que, como afirma o dirigente camponês, não existem organismos no Estado que zelem pelos direitos das famílias afetadas.

O caso do Vale do Polochic mereceu a presença no local de dois funcionários do escritório do Alto Comissariado dos Direitos Humanos, o qual, na opinião de Daniel Pascual, daria lugar a uma investigação mais profunda dos fatos e seus responsáveis. Tal presença, assim como as denúncias internacionais ocorridas, poderiam evitar novos atos de violência, já que ainda se encontram na área outras dez comunidades.

Daniel Pascual ressalta que situações como as do Vale do Polochic baseiam-se em uma situação de extrema desigualdade em que vivem os camponeses na

Guatemala, as quais coincidem com aquelas que deram espaço ao cruento conflito armado que assolou o país. “As raízes que deram lugar ao conflito armado não foram resolvidas, temos situações graves de crime organizado, e, de fato, o número de mortos por essas causas superou os gerados no conflito armado”. “São os mesmos grandes proprietários de terra que usaram a estratégia contrainsurgente os que têm uma atitude totalmente irracional nesses despejos. E o exército contrainsurgente hoje se converteu em exército das empresas que buscam se instalar nas terras da Guatemala”.

O auge dos agrocombustíveis baseados em cana-de-açúcar e dendê, salienta Daniel Pascual, significou um novo ataque das empresas e grandes proprietários de terras para negar o direito de acesso à terra, o direito à alimentação e outras garantias fundamentais aos camponeses do país.

A Guatemala é um dos países da América Latina em que os níveis de concentração da terra tornam-se mais cruéis: “somos um país com muita terra com vocação agrícola e de gente muito trabalhadora, mas a terra encontra-se concentrada em muito poucas mãos”, disse Daniel Pascual.

Uma semana antes dos acontecimentos de Alta Verapaz, também haviam sido totalmente despejadas outras quatro comunidades maias, o que, no contexto nacional, mostra uma verdadeira guerra de baixa intensidade, na qual dezenas de famílias perdem o acesso à terra, seus líderes são criminalizados e presos e os recursos estatais de proteção de direitos permanecem omissos.

Os acontecimentos do Vale do Polochic ameaçam não ser os últimos em matéria de violência no campo guatemalteco, invadido por projetos de agrocombustíveis e mineração: “Assim, com um Estado totalmente omissos e em associação com as grandes empresas, existem as condições para que o tipo de violência que chega inclusive a assassinatos fique na impunidade”, refletiu com preocupação a referência guatemalteca.

Grilagem legal de terras na Argentina

Um “Manual de Instruções” para entregar o território

GRAIN

O que significa que um dos maiores conglomerados agroalimentares chineses esteja tentando arrendar milhares de hectares na província de Rio Negro, na Argentina, e tenha muito interesse em produzir, ali, soja, trigo, colza, para enviar de volta para a China? Quais serão as repercussões para as comunidades indígenas e em geral para a população camponesa que habita a região, que nem sequer foram consultadas quanto a esses investimentos e acordos comerciais? Por que o governo da província está tão desejoso de pavimentar com todo tipo de privilégios (em benefício dos investidores chineses) o caminho da negociação, sem considerar sequer a urgente soberania alimentar da região?

Manual de instruções. Essa é a forma como o Fórum Permanente por uma Vida Digna da Província de Rio Negro designou o acordo que o governador da Província assinou há poucas semanas, durante sua viagem à China¹, e que entrega milhares de hectares à empresa estatal chinesa Beidahuang para a produção de soja, trigo e colza, entre outros cultivos.

A terra será arrendada para que a empresa instale sistemas de irrigação, e, numa primeira etapa, a Beidahuang investirá 20 milhões de dólares em irrigação e produção em 3 mil hectares. Mas o projeto pretende chegar a investimentos de 1,45 bilhões em 20 anos, em 320 mil hectares. O que a Beidahuang busca é assegurar alimentos por 20 anos.

A grilagem legal de terras explodiu como um problema novo e global a partir dos anos 2007/2008, quando governos importadores de alimentos e empresas à caça de benefícios começaram a comprar ou arrendar grandes superfícies de terras na África, Ásia e América Latina com a finalidade de produzir alimentos. A grilagem legal de terras de cultivo na atualidade é diferente das experiências do passado: pela magnitude e velocidade da tomada de terras; porque não se trata de alimentos supérfluos, mas sim de alimentos básicos; porque o setor privado domina essas iniciativas com um forte apoio dos governos; e porque não tem nada a ver com o “desenvolvimento” – trata-se unicamente de expandir e consolidar o controle do agronegócio.

O governo provincial de Rio Negro apresenta esse Projeto como um “convênio de produção de alimentos” e como um investimento para irrigação na zona do vale inferior da Província diante da negativa do governo nacional de aportar recursos para criar infraestrutura de irrigação na região². Na realidade, o Acordo é simplesmente uma entrega de território para a produção industrial de soja com uma enorme lista de benefícios incondicionais para a empresa estatal chinesa em troca de nada.

É importante ressaltar que o Acordo foi dado a conhecer no final do ano de 2010, logo depois de ser assinado. Os termos da negociação e seus conteúdos foram mantidos em segredo durante quase um ano, depois de serem anunciadas as primeiras reuniões com o governo chinês.

O Acordo é composto de dois convênios (acordo da cooperação para o projeto de investimento agroalimentício e um convênio de cooperação para apresentar uma proposta de investimento para a instalação de um novo terminal portuário na área de San Antonio Oeste), mais um anexo complementar para avançar no “cronograma de cooperação”.

Esse “manual de instruções” contém uma série de cláusulas que confirmam um modelo de negócios que garante os lucros e a impunidade da empresa:

* Em relação aos “investimentos”: o governo de Rio Negro oferece a “melhor política de investimento concedendo garantia mediante a criação de leis”.

* Em relação à instalação da empresa em Rio Negro: o governo da Província compromete-se a oferecer, sem qualquer encargo, espaço para escritórios e moradia no “domicílio do governo provincial” oferecendo também meios de transporte e equipamento para o escritório.

* Sobre os estudos de viabilidade: o governo de Rio Negro compromete-se a pagar todos os gastos relacionados com os estudos da “viabilidade do investimento”. Estes incluirão “ambiente de investimento, recursos destacados, política de investimento e benefícios econômicos”.

* Em relação às terras: o governo entregará, para começar, “sem qualquer encargo”, 3 mil hectares para a realização de um campo experimental de cultivos de alta produtividade. A partir daí, se “oferecem” em seguida 20 mil hectares de “terras disponíveis sem exploração com as obras de irrigação por canais da região Vale do Idevi”. E depois, o festival da entrega continua com a colocação à disposição da informação sobre 234 mil hectares em diferentes vales da Província para a futura exploração (Vale de Colonia Joseja, Negro Muerto, Guardia Mitre, Margen Norte, e La Japonesa, Rio Colorado).

* Em relação ao pagamento de impostos: o governo de Rio Negro realizará todos os trâmites necessários a fim de aplicar as normas que “isentem a empresa de todos os impostos provinciais, taxas, como receitas brutas, selos, patentes, etc”. Ao mesmo tempo, compromete-se a negociar junto ao governo nacional para que o depósito dos fundos para o investimento não esteja sujeito a “taxas bancárias”.

* Quanto ao apoio técnico: o governo de Rio Negro coloca à disposição da empresa todos os técnicos da autoridade de águas e também todos os anteprojetos elaborados.

* Em relação ao uso do porto: até que seja construído o futuro porto incluído no Convênio, o governo de Rio Negro oferece “sem qualquer encargo” parte da zona

portuária do Porto de San Antonio Este e destinará 5 hectares para o uso da empresa (aqui a redação é confusa, e se deve supor que a obrigação de construção do novo porto é da empresa).

É importante ter presente que a empresa Beidahuang nem sequer se encontra inscrita na Província e que, até estar inscrita, operará como representante uma empresa desconhecida, “Strong Energy”.³

Repete-se na maioria dos casos de grilagem legal: os governos são funcionais em relação aos requisitos de outros países ou empresas para operar livremente nos territórios aos quais chegam. Não há nenhum tipo de consulta à comunidade, nem de avaliações de impactos, enquanto os interesses das populações são violados e pisoteados.

E, é claro, quando daqui a vinte anos a empresa se retirar (esse é o prazo da concessão, apesar de o porto ser entregue por cinquenta anos com renovação automática por outros cinquenta), a terra estará degradada e os territórios serão desertos que as futuras gerações estarão herdando como prova clara do compromisso do governo da Província com eles.

O povo de Rio Negro está reagindo, e diversos setores (estudantes, organizações ecologistas, sindicatos, igrejas) exigem o que já é um clamor em todo o mundo: **não** à grilagem legal de terras, **sim** à terra em mãos dos camponeses, indígenas, trabalhadores e produtores em pequena escala para produzir alimentos para a soberania alimentar.

Quem é a Beidahuang?

A Beidahuang é um conglomerado de agronegócios de propriedade estatal, com sede em Harbin, província de Heilongjiang. É uma das maiores processadoras de arroz da China, e uma das cinco maiores processadoras de soja, através de sua filial *Jiusan Oil and Grain Group*.

De acordo com o site da companhia, possui quase 5,5 milhões de hectares (12% da superfície total da província de Heilongjiang), 418.094 cabeças de gado bovino, 267.266 vacas leiteiras, 1.315.000 porcos reprodutores, 2.062.000 caprinos e 6.352.000 aves de granja. Também é proprietária de 54 aeroportos e 30 aviões utilizados para a agricultura, 198 centros de processamento de grãos, 59 estabelecimentos para o processamento de sementes e 24.151 tratores.

A Beidahuang é uma das poucas empresas nacionais de processamento de soja que sobreviveram ao ingresso do país na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, quando o governo abandonou os controles de preços da soja e das importações. A China converteu-se no maior importador mundial de soja, e a indústria nacional de esmagamento de soja passou para as mãos das corporações que controlam o comércio mundial de soja, como a Wilmar, Cargill, ADM, Bunge e Louis Dreyfus. As companhias estrangeiras têm, agora, uma participação em 64 das 97 principais empresas chinesas de esmagamento de soja, e o controle de 80% da capacidade total de processamento de soja do país.

Inclusive o poderoso Grupo Beidahuang estava considerando uma aliança com empresas estrangeiras. Mas o presidente da companhia, Tian Renli, deixou claro que sua companhia não renunciará a uma participação no controle, nem aceitará “qualquer termo injusto imposto por empresas estrangeiras”. Em 2009, disse ao China’s Economic Observer que “se as empresas estrangeiras não estão de acordo com isso, preferimos construir uma rede de compras e vendas própria e completa da empresa levando o processo de internacionalização de forma independente”.

Parece que a empresa optou por esta última alternativa. Não existe somente o Acordo para produzir soja na Argentina; em 2008 o Grupo Beidahuang informou que assinou acordos com o governo das Filipinas para plantar 200 mil hectares de arroz, milho e outros cultivos na província de Luzón. O estado atual desses acordos é desconhecido.

Especialistas ambientais da província denunciaram o Projeto como um “ecocídio”, alertando sobre o “alto impacto ambiental e sanitário em uma ampla zona de população nativa e escassas precipitações (200 mm anuais) e com recursos limitados de disponibilidade de água”, informando ainda sobre a irregular zonificação provincial das florestas nativas (Lei Nacional de Florestas nº 26.331) que permite que o Projeto se desenvolva nessa região⁴.

Antes da assinatura do Acordo, a organização ecologista Piuke de Bariloche expressou: “essa política que decide o perfil produtivo em nosso solo está subordinada às necessidades do país que realiza o investimento em infraestrutura. Não se vislumbra uma via alternativa diante da estrangeirização das cadeias produtivas. Ou seja, se necessitam soja, se fará soja. Nossa soberania alimentar não está contemplada nos projetos de políticas públicas. Não só o mercado decide o que é que produziremos, mas também decide a China, ator poderoso e em expansão”.

O Grupo de Reflexão Rural denunciou também o Convênio afirmando que “a instalação de um território para a produção de soja RR pelos chineses sem maiores mediações significa um risco incomparavelmente maior que os simples impactos produzidos por uma agricultura química e numa grande escala. Resumidamente, significaria a conformação de um enclave no território patagônico, em níveis similares aos que a própria China e diversos países europeus levam adiante atualmente na África, comprando e se apropriando de imensos territórios esvaziados de suas populações para usá-los como granjas de produção intensiva de alimentos ou forragens”.⁵

No setor estudantil também se produziu uma forte reação. A Associação Biológica do Comahue, integrante da Federação Argentina de Estudantes de Biologia, da mesma forma que os mais de 450 estudantes de 12 províncias reunidos de 8 a 12 de outubro de 2010 no IX Encontro Nacional de Estudantes de Biologia e Ciências Ambientais na cidade de Bariloche, expressaram seu repúdio absoluto ao Acordo com base na crítica ao avanço da soja transgênica no território argentino e no grave impacto que as pulverizações maciças com glifosato têm nos territórios e na saúde das comunidades.⁶ Da mesma forma expressaram-se em Viedma e Patagones: “os estudantes secundários dos diversos âmbitos educativos da cidade somos contra o “megaprojeto sojeiro” que vai ser realizado nos vales médio e inferior do Rio Negro e que compromete 320 mil hectares de nosso patrimônio provincial e nacional, entregando-o inescrupulosamente em mãos de invasores estrangeiros”.⁷

O Vale Inferior da Província de Rio Negro

O Rio Negro é um curso de água que se encontra na Argentina e que flui em direção sudeste. Identificam-se três zonas ao longo de seu curso, o Vale alto, o Vale médio e o Vale inferior. O Curso inferior ou Vale Inferior é a porção que se encontra nas imediações da desembocadura no mar Argentino. Ali, o rio fica mais plano, com muitas voltas, apresentando antigos leitos do rio, braços secundários, até que entra em contato com o oceano.

Esses territórios estiveram sob controle dos povos originários (mapuches) até 1879, quando foi cometido o genocídio chamado “conquista do deserto” e se iniciou a ocupação desses territórios começando a se implantar o modelo agroexportador promovido pela “Geração de 80”.

Uma das condições que alterou as características produtivas de todo o Vale foi a criação de infraestrutura de irrigação (os primeiros canais foram construídos em 1884), que permitiu que o Vale alto se convertesse em uma zona de produção de frutas e hortaliças orientada para a agroexportação (maçãs, peras e uvas são algumas das principais produções). Essa infraestrutura não foi criada na zona do Vale inferior e é o que hoje o governo provincial utiliza como desculpa para o Acordo com a

Vizinhos autoconvocados, membros e integrantes de organizações sociais, professores, alunos e ex-alunos da Escola Secundária de Formação Agrária (ESFA), membros e integrantes do Fórum Permanente por uma Vida Digna, do Conselho Assessor Indígena (CAI) Viedma, Centro Universitário Regional Zona Atlântica (CURZA), e vários partidos políticos reunidos em dezembro de 2010 expressaram: “Não aceitamos e reprovamos o “Acordo Marco” realizado recentemente pelo atual poder executivo da Província de Rio Negro com empresas chinesas e/ou com o Estado Chinês, que permitiria a exploração de grandes extensões do vale inferior e médio do Rio Negro para o cultivo de soja transgênica por parte de empresas desse país, sem ter sido dado a conhecimento em língua nacional, resultando isso também altamente ofensivo em nível institucional, ao próprio estado provincial, e, por fim, aos diversos órgãos de poder e de controle que o compõem”.⁸

O papel da China na grilagem legal de terras

A China é ostensivamente autossuficiente em alimentos. Mas tem uma população gigantesca, suas terras agrícolas desaparecem diante do avanço industrial, seu abastecimento de água está submetido a graves pressões, e o Partido Comunista tem um futuro em longo prazo em que pensar. Com 40% dos agricultores do mundo, mas somente 9% das terras agrícolas mundiais, não deveria surpreender ninguém o fato de a segurança alimentar ser um dos pontos principais da agenda do governo chinês. E, com mais de 1,8 trilhões de dólares em reservas de divisas, a China tem bastante dinheiro para investir em sua própria segurança alimentar no estrangeiro. Como numerosos líderes e ativistas camponeses do sudeste asiático sabem, Pequim veio deslocando gradualmente parte de sua produção de alimentos desde bastante antes de que estourasse a crise alimentar mundial em 2007.

Através da nova diplomacia geopolítica da China e da agressiva estratégia governamental de investimento no exterior, nos últimos anos foram concretizados uns 30 tratados de cooperação agrícola para dar às empresas chinesas acesso a terras agrícolas de “países amigos” em troca de tecnologias, capacitação e fundos para infraestrutura chineses. Isso ocorre não só na Ásia, mas também em toda a África, com uma série de projetos diversos e complexos. Do Cazaquistão a Queensland, de Moçambique às Filipinas, está em andamento um processo sistemático no qual as companhias chinesas arrendam ou compram terras, montam grandes estabelecimentos agrícolas para os quais enviam seus agricultores, cientistas e extensionistas para trabalhar na produção de cultivos. A maior parte da agricultura chinesa no estrangeiro (deslocada) está dedicada ao cultivo de arroz, soja e milho, junto com cultivos para agrocombustíveis, como cana-de-açúcar, mandioca e sorgo.

A estratégia chinesa de apropriação de terras é conservadora: o governo protege com mecanismos financeiros suas apostas de investimento e maximiza suas opções para abastecer de alimentos o seu país, em longo prazo. A pressão da própria perda de terras agrícolas e provisões de água na China é tão grande que “a China não tem outra opção” a não ser ir para o estrangeiro, diz um especialista da Academia de Ciências Agrícolas chinesa. Na realidade, o alimento começa a ter um lugar muito importante, junto com a energia e os minerais, na estratégia geral de investimento externo da China.⁹

O povo mapuche também expressou seu repúdio ao Acordo e considerou tomar medidas legais: “a ideia é recorrer a um tribunal superior para parar isso, já que não foram levados em conta os povos originários e seus direitos, e menos ainda o direito ao consentimento prévio, livre e informado, um direito que está no Convênio 169 da OIT e que a Argentina reafirmou com uma lei (a 24.071). Então a ideia é fazer valer

esse direito, porque, apesar de ainda não estar devidamente regulamentado, acreditamos que já se pode recorrer”.¹⁰

A Pastoral Social provincial da Igreja Católica expressou seu desacordo “com o arrendamento de terras públicas ou privadas, seja a grandes *pools* de plantio, argentinos ou estrangeiros, seja a províncias de um país como a China”. Explicaram que não serão dadas “boas vindas à soja e outros cultivos industriais, nas condições contidas no acordo assinado, que no final é hipotecar o futuro dos rionegrinos”.¹¹

O Fórum Permanente por uma Vida Digna lançou uma campanha sob o lema “NEM SOJA, NEM CHINA. Soberania territorial e alimentar para a Argentina”, na qual expressa que “somos contra o megaprojeto agroexportador orquestrado pelo governo nacional e provincial que compromete 320 mil hectares de solo e natureza rionegrina, a serem entregues ao poder de decisão da República da China; que viola nossas leis soberanas; que propõe uma agricultura sem agricultores; que nos contamina com seus agrotóxicos; que prejudica a presente e as novas e futuras gerações”. As adesões a essa Campanha podem ser enviadas a: *Foro Permanente por una Vida Digna*, nisojanichina@gmail.com.

Apesar de todos esses questionamentos, o governador Saiz assinou o Convênio e avança em sua concretização. Entretanto, a comunidade organizada diz que ainda não está dita a última palavra.

Referências

1. *Soja: China y Río Negro hacen acuerdo ilegal*, <http://farmlandgrab.org/17299>, 15-10-2010
2. *Accatino confirma el plan, molesto con los críticos*, 13-10-2010 <http://www.rocaportal.com.ar/blog/accatino-confirma-el-plan-molesto-con-los-criticos/>
3. *Se vienen los chinos*, http://www.multimedios2deabril.com.ar/?direccion_del_navegador.294.7209, 31-1-2010
4. *Ecocídio en la Provincia de Río Negro. En el año internacional de la biodiversidad*. <http://www.losquesevan.com/ecocidio-en-la-provincia-de-rio-negro.-en-el-ano-internacional-de-la-biodiversidad..724c>
5. *Colonias del Siglo XXI: alimentos, especulación y arrebato territorial* <http://www.grr.org.ar/documentos/coloniasxxi.htm>
6. *Río Negro: profesionales y estudiantes de Biología rechazan la producción de soja en la provincia* <http://puertae.blogspot.com/2010/10/rio-negro-profesionales-y-estudiantes.html>
7. *Manifiesto de estudiantes secundarios del Viedma y Patagones*, 20-11-2010, <http://rionegrocontaminada.blogspot.com/2010/11/ni-soja-ni-china-soberania-territorial.html>
8. *Argentina: declaración en contra del cultivo de soja transgénica y del modelo herbicida de glifosato*, dezembro de 2010, http://www.biodiversidadla.org/Principal/Contenido/Documentos/Argentina_declaracion_en_contra_del_cultivo_de_soja_transgenica_y_del_modelo_herbicida_de_glifosato
9. *¡Se adueñan de la tierra! El proceso de acaparamiento agrario por seguridad alimentaria y de negocios en 2008*, GRAIN, outubro de 2008, <http://www.grain.org/briefings/?id=214>
10. <http://www.originarios.org.ar/index.php?pageid=13¬iciaid=6782>
11. *Argentina: La iglesia rionegrina planteó sus críticas al proyecto de sojización con China*, 25-12-2010, <http://farmlandgrab.org/post/view/17922>

Ataques, políticas, resistência, relatos

Colômbia

A resistência social contra as “locomotivas” de Santos

Aurelio Suárez Montoya, Alai Amlatina, 15 de março de 2011. Enquanto o Congresso da República discute o Plano Nacional de Desenvolvimento, que é, na verdade, um plano de negócios do capital privado, especialmente do financeiro e do estrangeiro, diversos setores se levantam para resistir aos embates iniciais para implementá-lo. Esse Plano, onde 40% do orçamento são os investimentos de conglomerados econômicos nacionais e internacionais, baseia-se em “alianças público-privadas”, primordialmente para as denominadas “locomotivas”, entre as quais se sobressaem a infraestrutura, a mineração e o agronegócio, mas que não deixam de fora outros campos, incluídas a seguridade social, a saúde e a educação superior.

O Ministro dos Transportes, alegando a eliminação da tabela de fretes para o transporte de cargas, disse que suprimir a regulamentação nessa área, deixá-la nas mãos do mercado, era parte da “modernização” da infraestrutura. Para isso, coincidindo com o Banco Mundial, o interesse é acabar com tal sistema normativo para abrir a porta a grandes investidores, inclusive estrangeiros, que expulsem pequenos empresários ou caminhoneiros. A tentativa de substituir por operadores poderosos alguns dos 140 mil que existem, e que transportam em média menos de 3 toneladas por dia, favorecendo multinacionais e importadores, foi interrompida, por enquanto, pelo férreo e firme protesto de 15 dias.

O mesmo ocorreu com o projeto de exploração de ouro da Greystar em Santurbán, em Santander. A marcha de mais de 40 mil pessoas e a audiência pública, onde se manifestaram desde o governador Serpa até as organizações camponesas e sociais, contra o despropósito de afetar a água da qual se abastecem 2,2 milhões de habitantes do oriente colombiano, reiteraram que não será aceito o saque a qualquer custo dos recursos naturais do país nem por parte das empresas internacionais nem dos especuladores financeiros que as patrocinam.

A marcha leiteira nacional em Bogotá em 9 de março, o plantão de milhares de indígenas e associações de produtores de Nariño na fronteira com o Equador e a concentração em Manatí de criadores de gado do sul do Atlântico e do norte de Bolívar – flagelados pelo inverno – ratificaram que não será fácil para os consórcios do agronegócio suprimir o leite nacional, incluído o do tarro, nem pelas importações nem pelo contrabando, nem pelos TLC nem pelos produtos industriais elaborados com leite falso promovidos para enganar os consumidores. A vitória dos leiteiros, que reivindicaram a justeza de suas demandas, foi contundente.

As “locomotivas”, criticadas por alguns como “faltas de tração”, enfrentam um desafio maior: a resistência social, crescente e de cabeça erguida, para evitar que esmaguem o que resta de trabalho, produção e bem-estar nacional.

Tamaulipas, México

A praga do milho transgênico

Luis Hernández Navarro, La Jornada 15 de março de 2011. Nos últimos anos, o campo tamaulipeco esteve assolado pela praga do narcotráfico. Os agricultores devem pagar aos cartéis para poder trabalhar ou ter proteção. Se não pagam, seus ranchos são ocupados por capangas e suas colheitas e gado são roubados. Agora, além disso, sofrerão a praga do milho transgênico.

No dia 8 de março passado, a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca e Alimentação (Sagarpa) concedeu à transnacional Monsanto a primeira autorização para o plantio piloto de milho amarelo transgênico, MON 603, resistente a herbicidas, em uma área menor do que um hectare. Será cultivado em propriedades de agricultores cooperantes, nos municípios de Valle Hermoso, Río Bravo e Reynosa, em Tamaulipas, e na propriedade da Universidade Autônoma de Nuevo León, no município de Marín. A autorização é um passo prévio para permitir o cultivo comercial do grão.

A autorização foi dada contrariando a recomendação da Comissão de Cooperação Ambiental da América do Norte. Esta instituição, derivada do Tratado de Livre Comércio da América do Norte, sugeriu, em 2004, que, antes de aprovar o plantio de milho transgênico, era necessário realizar estudos sobre seus efeitos no consumo humano. O México é um dos países com mais altos níveis de consumo humano de milho. Apesar desse estudo não ter sido realizado, a Secretaria da Saúde deu sua aprovação ao MON 603.

A Sagarpa disse que autorizou esse pedido para plantio piloto porque é necessário usar essa tecnologia para aumentar a produção e reduzir as importações,

em um momento de crise de alimentos. O argumento é absolutamente falso. Como mostram múltiplos estudos científicos, os transgênicos não foram projetados para aumentar a produtividade e não só não a incrementam, como frequentemente a reduzem.

O aval do governo mexicano aos cultivos é parte de um ambicioso plano das companhias produtoras de sementes geneticamente modificadas para ocupar o território e o mercado mexicanos. Em 2010, a Monsanto e a Pioneer-Dupont solicitaram 11 autorizações para o plantio piloto de milho transgênico em Sinaloa, Coahuila e Durango (La Laguna), Tamaulipas e Chihuahua. O plantio piloto é o segundo passo para chegar finalmente ao plantio comercial. O plantio piloto leva em conta extensões maiores e relaxa as medidas de biossegurança.

No início de 2011, a Sagarpa recusou três autorizações para plantios piloto de milhos transgênicos da Monsanto em Sinaloa. Argumentou que era necessário ter mais informações e que, de acordo com um novo estudo da Conabio, existiam mais variedades nativas no norte do país do que as reconhecidas anteriormente.

Está em processo de análise o pedido para o plantio piloto, nos mesmos municípios, de outro milho transgênico da Monsanto, que combina o MON 89034 e o MON 88017.

O milho MON 603 da Monsanto é um milho resistente ao herbicida glifosato, produzido pela mesma transnacional. No México é comercializado com a marca Faena. É famoso entre aqueles que se opõem aos transgênicos, pois sua avaliação, junto com a efetuada dos milhos MON 863 e MON 810, serviu de base para conseguir a moratória de plantio na França e Alemanha em 2009.

O professor de biologia molecular Gilles Éric Séralini, especialista do governo francês em OGM e assessor da União Europeia em matéria de biotecnologia, analisou os resultados de um estudo em ratos alimentados com três variedades de milho transgênico, o MON 863, o MON 810 e o NK603, fabricados pela Monsanto. Séralini encontrou que os ratos alimentados com milho transgênico registraram toxicidade hepatorenal, diferenças no crescimento, aumento de triglicerídios, problemas de fertilidade e de tamanho dos fetos. Concluiu que o milho transgênico não é um produto seguro para a saúde.

O estudo de Séralini contradisse os resultados de uma pesquisa prévia financiada pela transnacional, a qual afirmou que não havia diferenças entre os ratos alimentados com milho transgênico e os alimentados com dietas convencionais. A Monsanto, junto com outros cientistas, organizou uma campanha contra ele. Séralini processou-os legalmente por difamação e ganhou a causa.

De acordo com a Lei de Biossegurança e Organismos Geneticamente Modificados mexicana, o plantio experimental é o primeiro passo para continuar com o plantio piloto e daí passar ao plantio comercial. Essa legislação foi aprovada pelo Congresso em 2005 com o voto a favor de vários legisladores do Partido da Revolução Democrática e a abstenção de outros que dizem ser contra.

A lei foi o mecanismo utilizado para eliminar a moratória existente desde 1998. Em 9 de março de 2009, um decreto presidencial pôs fim à moratória *de facto* que proibia o plantio experimental ou comercial de milho transgênico no México, por ser país centro de origem do grão.

Entre 2009 e 2011, a Monsanto, Dow AgroScience, Pioneer Hi Breed e Syngenta solicitaram 110 autorizações para o plantio experimental de milho transgênico em Sonora, Sinaloa, Chihuahua, Tamaulipas, Coahuila, Durango, Nuevo León e inclusive Jalisco.

Destas já foram aprovadas 67 solicitações em quase 70 hectares. As restantes estão em processo de estudo.

Depois de aplaudir o uso de transgênicos, alguns meios de comunicação divulgaram a versão de que as espécies endêmicas de milho não produzem mais do que fome. A afirmação é uma absoluta estupidez e uma vergonha.

A praga do milho transgênico chegou, junto ao narcotráfico, ao campo tamaulipeco. Com isso estabeleceu-se uma cunha para sua expansão por todo o país. É urgente detê-la já. Amanhã será tarde demais.

Transgênicos no México

Fraudes legais

Ojarasca, 18 de março. O México atravessa um momento de enorme ilegitimidade de seu governo. Em um momento assim, a chamada “influência política” (mobilizar “contatos” na classe política para que apoiem projetos de lei como os dos estados de Michoacán e Tlaxcala, muito promovidos como leis em defesa do milho nativo no México), acaba legitimando normas que não necessariamente correspondem com o que era anseio das pessoas, e que servem de obstáculo concreto aos desejos de justiça da população.

Entre os dias 15 e 17 de março, reuniu-se em assembleia a Rede em Defesa do Milho (RDM), um espaço que, por quase dez anos, tem promovido o trabalho cotidiano com perspectiva global de um universo de comunidades, municípios, organizações, povos indígenas e mestiços, todos camponeses, que estão empenhados em defender sua vida de cultivadores que cuidam do mundo. Ali existe um diálogo permanente ao vivo, sem retórica, onde se trabalha na prática para alcançar autonomia e soberania alimentar. Uma de suas conquistas mais concretas é ter conseguido manter, por quase dez anos, uma moratória autogerida em suas regiões, contra os transgênicos.

Agora, alarmada pelos plantios piloto de milho transgênico autorizados em Tamaulipas e pelas novas leis estatais de suposta “proteção” do milho, a Rede em Defesa do Milho, reunida em assembleia, emitiu em 17 de março um *Comunicado sobre plantios piloto e leis estatais de “proteção” do milho*, onde expressou:

Defender o milho no México passa necessariamente pelo respeito à livre determinação e autonomia das comunidades e povos indígenas e camponeses.

Não aceitamos, mais uma vez, qualquer plantio experimental, piloto ou comercial, assim como a distribuição, armazenamento, comercialização, de organismos geneticamente modificados em qualquer parte do território nacional (e no mundo).

A soberania alimentar residirá sempre no respeito ao direito coletivo de ter, guardar e trocar livremente sementes nativas sem a imposição de mecanismo algum de controle estatal, federal ou empresarial (seja certificação, inventário, banco de sementes, catálogo de variedades, patentes, denominações de origem ou direitos de obtentor). A soberania alimentar requer condições que permitam a produção livre e autônoma de alimentos em nível local, regional e nacional, o respeito a nossos territórios, ameaçados agora por projetos de mineração, hidrelétricos, petroleiros, de estradas, de serviços ambientais, reservas da biosfera, privatização dos lençóis freáticos; territórios ameaçados também pela industrialização e urbanização selvagem e pela política ambiental oficial de conservação sem gente.

Lamentamos profundamente que as leis roubem de nós a palavra, não nos permitam dialogar em profundidade, e que tratem de nos impor, neste caso, a lei de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados e seus derivados como o único caminho legal para defender nosso direito de viver como povos do milho, sendo que essa lei nos impede essa defesa.

Repudiamos fortemente a primeira autorização concedida para o plantio piloto de milho transgênico da Monsanto em Tamaulipas, já que esses plantios piloto são unicamente um passo mais para conseguir o plantio comercial extensivo, apesar de simularem ser um controle de biossegurança. Estão em “análise para sua aprovação” muitas outras solicitações de plantios piloto de variedades de milho transgênico para

diferentes regiões do país, e, depois deles, o milho transgênico poderá ser plantado de maneira comercial.

Segundo estudos realizados por cientistas independentes, o milho MON 603, aprovado pelo governo mexicano em fase piloto para a Monsanto, provoca efeitos nocivos à saúde, o que constituiu a base para estabelecer a moratória ao plantio de milho transgênico na Alemanha e na França.

Reiteramos que o México é centro de origem do milho e que em todo o território nacional existem raças nativas e milhares de variedades que serão inevitavelmente contaminadas com transgênicos. A coexistência do milho convencional com o milho transgênico é impossível.

Nós mexicanos consumimos milho cotidianamente em quantidades muito altas, e amplos setores sociais se manifestaram em recusa a consumir seu principal alimento com transgênicos.

A RDM (sabendo que os parlamentos estaduais de Michoacán e Tlaxcala promulgaram “leis que se promovem como leis para proteger o milho da contaminação transgênica e para estabelecer zonas livres de transgênicos”), insiste em que essas leis: ... não proíbem o plantio (experimental, piloto ou comercial) de milho transgênico. Tampouco proíbem a introdução de sementes transgênicas nos estados, mas sim definem o procedimento de autorização para introduzi-las, armazená-las, distribuí-las e comercializá-las em seu território, dando segurança jurídica e econômica para o investimento de empresas de sementes e agroindustriais, transnacionais e nacionais... Criminalizam as sementes nativas e sua livre troca. Propiciam a erosão da quantidade e qualidade da enorme variedade de sementes de milho (restringindo esta a algumas dúzias de variedades a serem inventariadas, que depois serão a base para penalizar aqueles que transgredirem as disposições de propriedade intelectual contidas na lei)... Procuram fiscalizar os produtores através de um cadastro ou registro que implica uma infinidade de requisitos, e ao mesmo tempo excluem da suposta proteção dessa lei todos aqueles que não consigam cumprir esses requisitos de controle exigidos sem razão. Submetem as atividades camponesas e as decisões agrícolas a um antidemocrático conselho estadual, que, além do mais, dá muito pouco peso à participação camponesa e que tem a faculdade de “monitorar atos não autorizados” nas comunidades.

“Monitorar atos não autorizados” significa um despropósito monumental que não consegue esconder o afã policialesco de tais leis estatais e abre as portas para os fiscalizadores até os recantos do manejo agrícola ancestral. A RDM enfatiza:

Denunciamos a rapidez com que se aprovam essas leis, com uma mínima representação política, sem consultas reais e informadas a todos os mexicanos e mexicanas que seremos afetados por suas consequências.

As leis de Michoacán e Tlaxcala de Fomento e Proteção ao Milho Crioulo como Patrimônio Alimentar são uma fraude, porque fortalecem e legitimam a Lei de Biossegurança e Organismos Geneticamente Modificados (a famosa lei Monsanto), utilizada para levantar a moratória ao plantio de milho transgênico no México.

Os procedimentos definidos nessas duas novas leis são uma sucessão de brechas e complexidades jurídicas e administrativas que dificultam o acesso à justiça e ao exercício de nossos direitos.

Chamamos os povos, comunidades e organizações para que exijam a revogação das leis federais relacionadas, e a deter essas leis estaduais que, da mesma forma que o projeto de lei de consulta aos povos indígenas, simulam ser leis de proteção de direitos, quando, na realidade, são novos instrumentos para minimizar a resistência diante do saqueio.

Chamamos todas as comunidades e povos indígenas e camponeses a defender as sementes nativas e a continuar plantando, guardando, trocando e distribuindo suas próprias sementes, bem como a exercer o direito sobre seus territórios e impedir o plantio de milho transgênico.

Não aceitamos o plantio experimental, piloto ou comercial de qualquer tipo de milho transgênico e exigimos sua proibição no México.

“Peguem essa aí, não a deixem fugir”

Rádio Mundo Real, 29 de março, Tela, Honduras. A presidenta da Organização Fraternal Negra Hondurenha, Miriam Miranda, saiu cedinho na segunda-feira dia 28 para uma manifestação pacífica da comunidade garífuna na paragem El Boquete, a uns 10 quilômetros da cidade de Tela, departamento de Atlántida. Não voltou para casa. Foi detida e surrada pela polícia, levada para a cadeia e acusada de rebelião. Nada de novo, moeda corrente na Honduras ditatorial.

Miriam está ferida no abdômen, pelas queimaduras provocadas por uma bomba de gás lacrimogêneo que lhe lançaram. Teve também problemas respiratórios. Um recurso de *habeas corpus* apresentado por seus advogados e a pressão de vários dirigentes sociais possibilitou que a ativista fosse transferida da cadeia de Tela para o hospital Tela Integrado, da mesma cidade, fortemente vigiada por efetivos militares e policiais que nunca a deixaram sozinha. Depois foi liberada condicionalmente, e a defesa de Miriam trabalha para que lhe concedam a liberdade definitiva.

Às 6 horas da manhã do dia 28 de março, uns 150 garífunas realizavam uma mobilização pacífica na zona do El Boquete contra as violações do seu direito à terra, em repúdio ao aumento de preços dos produtos da cesta básica familiar e em solidariedade com a associação de professores, que luta contra a privatização da educação no país.

Depois de 20 minutos, chegou ao lugar um grupo de uns 25 policiais e militares, que agrediram os manifestantes e realizaram detenções seletivas. Outro integrante da Organização Fraternal Negra Hondurenha, Milton Casildo, também foi preso, agredido e afetado pelos gases lacrimogêneos. Da mesma forma que Miriam, Milton foi liberado.

A Rádio Mundo Real pôde entrevistar, no dia 29 março, a presidenta da Organização Fraternal Negra Hondurenha, já de volta a seu trabalho. “Estou ainda um pouco abalada, mas pronta para continuar lutando”, começou a ativista.

“A repressão estava muito claramente dirigida à minha pessoa, porque inclusive o chefe da polícia, o suboficial Sánchez, gritava para os seus subalternos “peguem essa aí, não a deixem fugir”, contou Miriam. “Fui brutalmente agredida, arrastada pela estrada, e, principalmente, uma das bombas lacrimogêneas foi atirada contra mim, me queimou a barriga, e tive uma intoxicação bronquial”, acrescentou.

Miriam foi acusada de rebelião e de ser “uma pessoa perigosa para a segurança interna do país”. Para ela não restam dúvidas de que a intenção era deixá-la presa. Diz que foi salva pela pressão nacional e internacional e pelo trabalho dos advogados da Frente Nacional de Resistência Popular, nascida contra o golpe de estado de 28 de junho de 2009.

Por exemplo, a Amigos da Terra Internacional, organização ambientalista com presença em cerca de 80 países e que conheceu de perto o trabalho de Miriam em defesa dos territórios das comunidades garífunas, reagiu com preocupação diante do caso. Integrantes do Comitê Executivo da organização telefonaram várias vezes para a Promotoria de Tela para manifestar seu alerta. Segundo denuncia Miriam, o suboficial Sánchez afirmou durante a operação contra os manifestantes garífunas que se a polícia e os militares não conseguissem fazer cair os “cabeças” do movimento, todo seu trabalho se perderia. “Isso é uma clara criminalização do protesto, dos movimentos sociais”, manifestou a ativista.

Miriam reconhece que teme por sua vida, porque sabe que está “na mira desse governo sucessor do golpe de estado”. Além disso, a liberdade condicional que lhe concederam significa que pode ser presa novamente a qualquer momento.

A presidenta da Organização Fraternal Negra Hondurenha considera que a repressão no país nunca havia sido tão brutal como no presente, e afirmou que as comunidades garífunas nunca haviam se sentido tão reprimidas como ontem. “Estão usando as bombas lacrimogêneas não só para dispersar, mas também como uma arma contra as pessoas na resistência e se mobilizando. As bombas lacrimogêneas matam, já o comprovamos nas mobilizações em Tegucigalpa” (capital do país), assegurou. Essa cidade está totalmente sitiada por militares e policiais, segundo denuncia Miriam.

De qualquer forma, a ativista hondurenha destaca que o povo de seu país está na resistência e que as organizações e comunidades estão se fortalecendo para defender seus direitos. “Apesar de os meios da oligarquia deste país quererem ocultar a verdade, este é um povo que está na resistência permanente. Há milhares de pessoas que estamos lutando por um país melhor”, considerou. “Há uma oligarquia que utiliza Honduras como sua propriedade privada, e isso todos aqueles e aquelas que estamos na resistência não vamos permitir”, sentenciou Miriam.

Ver: RádioMundoReal

<http://www.radiomundoreal.fm/Agarren-a-esa-no-la-dejen-ir>

Baixas e ameaças contra o mestre ambientalista Mario Mejía

Rádio Mundo Real, 4 de abril, Cali Colômbia. Em meados de março, forças militares colombianas entraram numa pequena chácara de propriedade do mestre do ambientalismo latino-americano Mario Mejía, no departamento do Valle Del Cauca, numa operação que incluiu agressões e ameaças.

A pequena escola de agroecologia que Mejía mantém com fins educativos e de preservação ambiental está localizada na trilha San Antonio, Loma Pelada de Pradera. Depois de longas décadas de trabalho em toda a região, que o converteram numa referência em nível de Colômbia e América Latina em defesa dos direitos das comunidades camponesas, esse é seu atual reduto de militância ambiental.

Entretanto, segundo a carta na qual o mestre Mejía denuncia o ocorrido, “em meados de março de 2011, as instalações que temos para alojamento de camponeses foram invadidas por uns setenta militares: arrancaram as fechaduras de todos os quartos, deixaram marcas no refeitório que recém havíamos deixado como novo, cortaram um colchão, deitaram nos demais com as botas embarradas, deram golpes de facão no fogão a lenha, usaram o tanque grande de água potável como local de asseio, fizeram suas necessidades durante três dias no arroio de onde sai o aqueduto da trilha, trocaram uns tiros com um grupinho de guerrilheiros no meio de umas crianças que apartavam uns terneiros, invadiram o quarto de ferramentas, espalharam pelo campo minha coleção de facas antigas e se dedicaram a amedrontar os camponeses acusando-os de guerrilheiros disfarçados de camponeses”.

A incursão foi similar em características à efetuada em 2006 contra essa mesma propriedade. Mejía reside em Cali, em um humilde apartamento atulhado de pedras, fósseis, vegetais, flores, recordações de uma vida inteira percorrendo o Valle Geográfico Del Cauca. Essa zona, que soube ser a horta da Colômbia, hoje é uma vasta extensão de canaviais para agrocombustíveis. Mejía viveu pessoalmente esse processo e é referência absoluta quando se trata de compromisso com os direitos das comunidades camponesas.

“Dizem-nos que somos guerrilheiros disfarçados de camponeses e que, portanto, não temos direito a nada. Do outro lado, as FARC também têm sua campanha de terror. É de arrepiar, estamos entre dois fogos e vamos ver se somos capazes de sobreviver”, relatou Mejía à Rádio Mundo Real.

“Minha dificuldade foi me colocar do lado dos camponeses, acreditar na Via Campesina, na água pura, na autonomia alimentar e nessas coisas que não

interessam às políticas públicas que estão orientadas à acumulação em mãos de grupos privilegiados, tanto de exportação como de mineração. O país se consolidou assim, apesar de eu ser otimista, espero que haja uma etapa de reflexão neste país quando a população comum seja notada”, disse na entrevista telefônica, agradecendo a solidariedade internacional que seu caso despertou.

Como forma de ilustrar o clima de impunidade e de criminalização do ativismo ambiental, Mejía mencionou o caso da jovem Sandra Viviana Cuéllar, desaparecida em fevereiro último. “Parece que o ofício de ambientalista se tornou perigosíssimo na Colômbia”, acrescentou.

Via Campesina

A semente é a base da soberania alimentar

Durante o Fórum Defendamos as Sementes Camponesas pela Vida e Futuro da Humanidade, em Bali, Indonésia, em março de 2011, reuniram-se uns quarenta representantes de organizações da Via Campesina da Indonésia, Coreia do Sul, Índia, Madagascar, França, México, Brasil, Chile e El Salvador. Ali, entre todas e todos, foi emitida uma série de recomendações para defender as sementes camponesas.

Entre elas, uma primeira reflexão enfatizava que: “Nossas comunidades demonstram que nossas próprias sementes são superiores em numerosos aspectos às sementes comerciais. As sementes da indústria requerem imensas quantidades de insumos químicos, de água e maquinaria que destrói a nossa saúde e a do ambiente. Levam os camponeses à dívida e a abandonar seus cultivos nutritivos em benefício dos cultivos industriais de exportação. As sementes camponesas são sistemas vivos. Seleccionadas e multiplicadas nos mesmos campos em que se cultivam, são capazes de se adaptar às condições locais e a mudanças no clima sem utilizar venenos químicos nem a tecnologia industrial. Funcionam bem para as necessidades de nossos povos e permanecem em nossas mãos, sob nosso controle e cuidado. São uma alternativa real às sementes híbridas e transgênicas das corporações que forçam os camponeses a depender delas. Damo-nos conta de que a soberania alimentar é, antes de mais nada, a soberania das sementes”.

Reconhecendo que é indispensável fortalecer a Campanha Internacional de Sementes da Via Campesina, conhecida como Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade, para “aprofundar, expandir e entrelaçar o trabalho presente através de apoio mútuo e intercâmbio, formação e educação, assim como atividades políticas em comum”, a Via se propõe a insistir na luta política pela defesa das sementes camponesas e indígenas e a fortalecer e promover, na prática, os sistemas camponeses de sementes. Para a Via Campesina, “as sementes são a base da soberania alimentar”.

Por isso, em seu comunicado de recomendações, os e as representantes presentes insistiram em que “É urgente divulgar, denunciar e lutar contra a criminalização dos camponeses e camponesas que usam e defendem suas sementes. Devemos internacionalizar os casos locais, dando-lhes visibilidade. Devemos fazer que o mundo entenda que estamos diante de “uma guerra pelas sementes”, que de seus resultados depende toda a humanidade, e que, na primeira trincheira dessa guerra, defendendo os interesses de todos e todas, estamos as camponesas e camponeses, que mantemos e usamos as sementes camponesas. Esses são os camponeses que hoje enfrentam o cárcere, ordens de apreensão e processos judiciais pelo fato de utilizar e seleccionar nossas próprias sementes”. No mesmo sentido, a reunião insistiu em que se deve mostrar publicamente “a verdadeira irresponsabilidade e crime que são a destruição e a privatização das sementes camponesas a favor dos transgênicos, das sementes híbridas e do monopólio das corporações”, e enfatizou que é necessário analisar as políticas e leis sobre sementes em cada país e “fazer

campanhas contra as leis locais, nacionais e internacionais que dão legalidade à privatização de nossas sementes e que permitem transgênicos e outras tecnologias da indústria para manipular as sementes. É crucial empreender uma “campanha pública que esclareça a ameaça de todas as tecnologias industriais para nossos ecossistemas camponeses. E organizar-nos para tirá-las de nossas áreas”.

Discutiu-se, também, sobre alguns termos, noções e conceitos como “bancos de sementes”, “patrimônio comum da humanidade”, “intercâmbio livre”, “recursos genéticos”, que não necessariamente refletem bem a intenção, alcances e perspectiva de uma campanha como a que a Via Campesina empreende.

Além das conclusões, o importante do encontro é que as organizações integrantes da Via reflitam em comum sobre o universo completo das atividades camponesas, procurem entender em comum os caminhos que é preciso percorrer e as possíveis soluções que permitam fortalecer a vida camponesa, em grande parte indígena, que é a semente de muito da vida no planeta.

Sanidade alimentar para quem: o bem-estar das corporações contra a saúde das pessoas

GRAIN, abril de 2011

Este é um resumo de um novo documento de análise que examina o modo como a chamada “sanidade alimentar” ou “inocuidade dos alimentos” está sendo utilizada como instrumento para incrementar o controle corporativo sobre a alimentação e a agricultura. Também se discute o que a gente pode fazer, e já faz, a respeito. O documento completo pode ser consultado em:

www.grain.org

O constante fluxo de escândalos, surtos epidêmicos e extremas medidas regulatórias que constituem o pacote do sistema alimentar industrial fez da sanidade alimentar um ponto de importância mundial. Nossa crescente dependência de alimentos e cultivos industriais concentra numa escala sem precedentes e amplifica de muitas novas formas os riscos, o que torna mais necessária uma intervenção para garantir que ninguém adoça por causa dos alimentos. Por trás dessa intervenção, há uma agenda escondida das corporações.

O termo “sanidade ou inocuidade” alimentar pode fazer crer que se está protegendo a saúde das pessoas, ou inclusive a do ambiente. A União Europeia apregoa que conta com um sistema de sanidade alimentar que vai “da granja ao prato” – um lema destinado a tranquilizar os consumidores com a ideia de que alguém cuida de sua saúde. Mas o que ocorre em nome dessa “segurança sanitária” dos alimentos não tem a ver tanto com os consumidores ou com as normas sanitárias, mas sim com buscar que todos aqueles envolvidos em produzir, preparar e entregar ou servir alimentos submetam-se a um número de normas e “padrões” fixados pelos supermercados e pela indústria de alimentos: regras que se impõem, antes de mais nada, para garantir os lucros.

Pode ser que sejam os governos os que fixem um conjunto de regulamentações de sanidade alimentar mediante políticas e medidas administrativas (inspeção dos serviços e outros), mas é o setor privado quem idealiza e dispõe os critérios reais. Essa divisão público-privada (que implica uma cumplicidade) provoca um conjunto de problemas, e assim chegamos a uma situação na qual:

* em essência, o setor alimentar industrial se regula a si mesmo, o que reforça o argumento de que a sanidade alimentar não está primordialmente relacionada com a saúde pública, principalmente porque continuam ocorrendo terríveis surtos de intoxicação alimentar.

* os governos acabam trabalhando para o setor corporativo, mesmo quando esse não é o seu papel, porque o sistema regulador é público, mas os critérios e padrões são privados.

Agora, graças à globalização e à liberalização das regulamentações relativas ao comércio e ao investimento, esse modelo de sanidade alimentar vai se expandindo – e submete os camponeses, os pescadores e os trabalhadores da indústria alimentar em todo o mundo ao que é ditado pelas corporações. Se a Índia quer vender peixe ou uvas para a União Europeia tem que se submeter às regulamentações europeias e aos padrões fixados pelas cadeias de supermercados que controlam o mercado na União Europeia. Se os brasileiros querem vender frango ou soja para a Arábia Saudita, entrarão em jogo os critérios dos Estados do Golfo. “Tudo bem”, se poderia pensar. “Afim de contas, isso tem a ver unicamente com as operações dos grandes estabelecimentos agrícolas industriais”. Mas não tem a ver só com as exportações. A ideia – e a realidade – é que os países adotem esses padrões e os apliquem também em seus mercados internos, impactando, no final das contas, todos os agricultores de um país em particular.

Quem fixa os padrões e quem se beneficia com eles. O comércio internacional nunca tinha sido tão grande. O acordo da Organização Mundial de Comércio sobre agricultura começou a eliminar as tarifas e quotas há quase vinte anos. Desde então, a linha de fogo das disputas sobre comércio de alimentos transferiu-se ao que se conhece como barreiras “não alfandegárias”, como as normas sanitárias relacionadas com os alimentos. Hoje, se se quer proteger da concorrência os agricultores de um país, não se pode fixar um aviso na fronteira que diga: “Já temos melões suficientes, então, fora!”, mas, sim, é possível fixar um aviso que diga “Somente aceitamos melões produzidos com métodos *halal* [forma permitida pela religião muçulmana], de 15 a 20 centímetros de diâmetro, lavados com água potável e que tenham certificação de que foram cultivados em estabelecimentos agrícolas que tenham seus próprios sanitários”. Isso é muito bom para o Carrefour, cujos fornecedores contratados produzem justamente esse tipo de melões. Mas, o que acontece com os agricultores em pequena escala que não podem cumprir com esses critérios nem cobrir os custos de certificação que eles implicam? E, se os deixam fora dos supermercados, que outras opções eles têm?

Uma crescente parte dos alimentos comprados pelas pessoas chega a elas através das cadeias de abastecimento dos supermercados transnacionais e das corporações que servem alimentos ao público. Em nível mundial, o comércio de alimentos a varejo tem vendas de 4 trilhões de dólares anuais. Os supermercados tiveram mais da metade (51%) dessas vendas em 2009, sendo que as 15 maiores corporações obtiveram 30% delas. Juntos, os dez mais importantes varejistas de alimentos (Walmart, Carrefour, Metro, Tesco, Schwarz, Kroger, Rewe, Costco, Aldi e Target) tiveram receitas de 1,1 trilhão de dólares em 2009, o suficiente para ser considerado o décimo terceiro “país” mais rico do mundo. Essas são as empresas que moldam os sistemas de “sanidade” ou “inocuidade” alimentar de hoje e detêm um enorme poder de decidir não só onde se produz a comida e onde se vende, mas exatamente como se produz e como se maneja.

Existe toda sorte de fundos de desenvolvimento, microcréditos e programas de subsídio governamental planejados para ajudar que os agricultores em pequena escala cumpram com esses padrões corporativos. Mediante tais programas, alguns conseguem se posicionar fragilmente produzindo por contrato para supermercados como o Tesco ou companhias de venda de alimentos ao público como o McDonalds. Mas, a realidade é que a maioria dos camponeses simplesmente fica de fora, uma vez que os supermercados preferem trabalhar com fornecedores e estabelecimentos maiores. O espaço para que os camponeses que cultivam couve na China ou batatas na Zâmbia possam comercializar seus produtos diminui com rapidez à medida que se expandem os supermercados e as companhias que servem alimentos ao público e à

medida que as alternativas, como as feiras livres e as barracas de rua, são fechadas pelos governos que insistem em aplicar os padrões corporativos. Só as grandes empresas ganham nessa situação – e nada ganham os produtores, nem os trabalhadores e nem os consumidores de alimentos.

Como sair desse atoleiro. Esse sequestro corporativo do abastecimento de alimentos não deixa de ser questionado seriamente. Um crescente movimento popular de oposição confirma que uma verdadeira inocuidade alimentar provém de um modelo muito diferente de agricultura e alimentação.

Os camponeses e os produtores em pequena escala nos ensinam que a sanidade alimentar não se consegue com uma “tolerância zero” aos micro-organismos nem com o enfoque de “extrema higiene” que as grandes corporações promovem (e que implica pasteurização, radiação, esterilização, etc.). Destruir a biodiversidade, incluída a microflora e a microfauna, provoca instabilidade, o que se manifesta em enfermidades. É melhor buscar balanços e equilíbrios que a diversidade supõe, pois são esses os fundamentos reais da harmonia e da saúde. Fazê-lo requer saberes e que haja muito pouca distância entre a produção de alimentos e seu consumo, o que é a base de sistemas alimentares diferentes, “alternativos”, que muita gente deseja.

Devemos defender energicamente a agricultura camponesa e a produção de alimentos de base comunitária, os mercados camponeses, as pequenas mercearias e as bancas de comida de rua, que com frequência são atacados em nome da sanidade alimentar. Eles são ou podem ser a coluna vertebral de economias locais e do que muitos consideram como comida mais saudável. Apoiar esses circuitos está em voga, mas se requerem mais investimento e esforço, incluída a preocupação por uma verdadeira sanidade alimentar. Da mesma forma, as campanhas para refrear os supermercados estrangeiros como o Walmart ou para evitar que outros países imponham suas medidas alimentares são sumamente importantes.

No fim das contas, a sanidade alimentar tem a ver com quem controla nossos alimentos. Deixaremos esse controle às corporações? Não devemos ser nós quem os controla?

Pontos centrais deste documento

1. Ainda que soe como saúde pública, na realidade o que se está protegendo é a riqueza das corporações. Os sucessivos escândalos, surtos epidêmicos e medidas reguladoras extremas converteram a “sanidade alimentar” ou “inocuidade alimentar” em um assunto global. À primeira vista, todas essas ações parecem dirigidas a garantir uma higiene apropriada, de tal forma que as pessoas não adoçam. Aprofundando, a sanidade alimentar se tornou um campo de batalha crucial para o futuro da agricultura e da alimentação e um dispositivo para expandir o controle das corporações.

2. A agricultura industrial é, em grande parte, o problema. O processamento e a comercialização de alimentos em escala industrial ampliam os riscos sanitários da produção. Uma pequena chácara que tenha um de seus produtos contaminado (digamos ovos com salmonela) afetará somente um pequeno número de pessoas. Um grande estabelecimento ao qual ocorra o mesmo afetará um grande número de pessoas, inclusive além de suas fronteiras. Muitos dos piores problemas de segurança sanitária nos alimentos são gerados pelas más práticas associadas à agricultura industrial – enormes doses de fertilizantes e agrotóxicos, a utilização de antibióticos e outros compostos farmacêuticos com propósitos não terapêuticos, o amontoamento de grande densidade de animais que favorece os surtos epidêmicos, o abuso sofrido pelos animais para incrementar a produtividade e reduzir custos, além das más práticas trabalhistas.

3. Os governos estabelecem as regulamentações, mas a indústria fixa os critérios. Os organismos públicos supervisionam amplamente a aplicação das políticas de sanidade alimentar. Os governos estabelecem e supervisionam as leis.

Mas é a indústria de alimentos – (desde a que abastece de matéria-prima até a que vende a varejo) a que define os critérios e os coloca em operação. Isso tem por resultado padrões muito parciais em favor das necessidades das empresas e que são voluntários (a chamada autorregulamentação). O controle sobre os padrões deixa as empresas com a faca e o queijo na mão e joga nas costas dos governos a responsabilidade pelos desastres e a obrigação de solucioná-los.

4. As corporações ganham, as pessoas perdem. Os padrões empresariais buscam maximizar os lucros e organizar os mercados, e não estabelecer uma segurança sanitária dos alimentos. Sem dúvida, ninguém ganha nada matando pessoas, nem as adoecendo gravemente, mas, ao conseguir tal dominação dos mercados e ao influir de tal modo nos regimes de regulamentação, a indústria de alimentos conseguiu que os incidentes de segurança sanitária sejam, para as corporações, simples custos implícitos no processo de fazer negócios.

5. Hoje, os acordos comerciais são o mecanismo central para expandir e colocar em prática os critérios de sanidade alimentar em todo o planeta. Os Estados Unidos e a União Europeia utilizam de forma agressiva as políticas comerciais, em especial os acordos bilaterais de livre comércio, para impulsionar seus padrões e regular o acesso ao mercado em favor das agroempresas. Entretanto, os exportadores não são os únicos afetados. Os países que adotam esses critérios industriais, principalmente no Sul global, os aplicam também aos mercados internos. Como nem os produtores nem os processadores ou vendedores de alimentos em pequena escala podem cumpri-los (ou estão numa lógica de produção muito diferente), ficam fora dos mercados e inclusive são criminalizados por suas práticas tradicionais.

6. Os padrões se espalham por toda parte. As corporações e os governos estão fazendo mais estritas as regulamentações sobre a sanidade de alimentos para expandir seu controle sobre o comércio de alimentos. Logo será impossível vender um frango tailandês ou um corte de carne brasileiro à União Europeia se os animais não tiverem sido criados e abatidos de acordo com as considerações de bem estar animal dos europeus. Da mesma forma, agora há um enorme interesse comercial em definir e fixar regulamentações mundiais ao comércio da chamada comida *halal* [que atende aos modos da religião muçulmana].

7. A verdadeira segurança sanitária dos alimentos provém dos equilíbrios, não dos extremos. Os produtores e processadores em pequena escala nos ensinam que podemos conseguir uma sanidade alimentar mediante a biodiversidade, os saberes e a estabilidade que os equilíbrios proporcionam. Como diria o agricultor francês Guy Basitanelli, da Confederação Paysanne: “manejar os equilíbrios microbianos e proteger e produzir certa flora específica com base no respeito pelas práticas locais e tradicionais é o que melhor garante a segurança sanitária”. Por outro lado, o sistema empresarial depender de uma higiene extrema mediante uma esterilização forçada e tecnologias industriais (radiação e nanotecnologia) conduz à instabilidade.

8. As pessoas estão fazendo de tudo para reverter esse sequestro corporativo. Há um forte movimento de oposição que procura enfraquecer o controle que os agronegócios têm sobre o sistema alimentar dominante e busca promover melhores enfoques. A “sanidade alimentar”, ou, para ser mais amplo, a “qualidade dos alimentos”, está no centro dessas batalhas – seja porque as pessoas e as organizações resistem à entrada e/ou à expansão dos supermercados e das corporações agroindustriais, porque promovem e respaldam a produção de alimentos e seus mercados em nível comunitário e local, porque boicotam as grandes cadeias e os duvidosos produtos (dos OGMs à carne norte-americana), porque apoiam os trabalhadores da indústria de alimentos em suas lutas por salários justos, direitos coletivos e benefícios, porque freiam os chamados acordos de livre comércio ou porque reformam as políticas agrícolas com a finalidade de respaldar a agricultura camponesa. Esse movimento está crescendo, mas necessita de maior respaldo para

se converter na coluna vertebral de nossas economias alimentares e devolver às pessoas a “segurança sanitária” dos alimentos.

O próximo assalto à biodiversidade

Verónica Villa, Grupo ETC, março de 2011. As estratégias das empresas e dos governos para aproveitar a mudança climática e assim manter o controle sobre a produção energética, agrícola, tecnológica e de materiais convergem cada vez mais em torno do conceito de biomassa.

A biomassa engloba mais de 230 bilhões de toneladas de matéria viva que a Terra produz a cada ano – de árvores a micróbios. Essa riqueza encontra-se principalmente no Sul global e sustenta a vida da maioria dos habitantes do planeta. Até agora, somente 24% da biomassa terrestre é utilizada na sobrevivência humana e na produção industrial. Entretanto, com as novas tecnologias – nanotecnologia e biologia sintética, entre outras – a indústria pode converter 86% da biomassa global não utilizada em um butim. Uma “febre do etanol” aumentada milhares de vezes, pois agora não só se fala de produção de combustíveis, mas também de alimentar todos os setores industriais que conhecemos e que até agora dependem do petróleo, do carvão e do gás. Chamam essa transformação de “economia verde” ou “economia da biomassa”.

O novo uso do termo “biomassa” reduz pastagens e florestas a fontes de celulose e carvão. Para ampliar as possibilidades de negócio, governos e indústria incluem também como biomassa comercializável plantas, lodo dos esgotos, plásticos, madeiras tratadas, materiais de revestimento de construções e os detritos da demolição; o esterco dos animais criados industrialmente e os restos dos abatedouros e da criação intensiva.

Nem mesmo com essas contas há suficiente biomassa no planeta para conseguir uma economia que não dependa de combustíveis fósseis, mantendo o mesmo consumo. Estamos no vermelho no “banco” da biomassa, à beira da morte progressiva de florestas e oceanos. Monopolizar os frágeis ecossistemas para encontrar novas fontes de combustíveis e outros insumos industriais é uma ação criminosa contra um planeta em crise, porque, entre outras coisas, todos esses “dejetos” não utilizados são a base fundamental para reciclar a potencialidade dos solos e da imensidade vegetal.

A privatização da matéria vegetal para transformá-la em mercadorias diversas, a engenharia de células para convertê-las em microfábricas de compostos químicos e o reordenamento dos ecossistemas para torná-los provedores de “serviços” são parte integrante da nova proposta. Em resumo: as indústrias e os governos mais poderosos querem continuar com a forma suja, injusta e devastadora de produção e acumulação de capital, mas agora usando tudo o que caiba na definição de biomassa. E querem nos vender isso como uma economia amigável com o planeta.

Los nuevos amos de la biomassa. Biología sintética y el próximo asalto a La biodiversidad é a nova pesquisa do Grupo ETC que desnuda as falácias da “economia verde” ou “economia da biomassa”. Novas ameaças biológicas, novos tóxicos e a devastação irreversível da ecologia são descritos detalhadamente no documento. A primeira parte dá um panorama da situação atual e do que ela significa para os povos e para a natureza. A segunda parte fala dos atores que impulsionam a nova “bioeconomia” e das tecnologias com as quais esta está associada.

<http://www.etcgroup.org/es/node/5253>

Uma panorâmica e muitas vistas

Alguns indícios da crise global e das devastações que estão por vir

Como sempre, esta seção apresenta fragmentos de vozes, artigos, testemunhos e declarações de muitas pessoas e coletivos que sofrem problemáticas particulares ou estão atentos a elas para documentá-las, analisá-las e denunciá-las.

Assim, sem afã alarmista, apresentamos alguns dos problemas associados com as atuais crises combinadas que sofre nosso planeta, problemas agravados pela devastação que as grandes empresas (junto com os governos), por sua avidez de fazer negócio, inclusive com as crises, provocam nos territórios dos povos. Não é um relato exaustivo, são somente alguns exemplos, mas, nos números seguintes, continuaremos com o relato, para que tenhamos presentes esses problemas e continuemos nossa reflexão sobre como sair dessa.

A mineração é uma indústria próspera. De acordo com os dados do Banco do México, em somente uma década suas receitas passaram do quinto para o terceiro lugar como geradora de divisas, apenas superada pelas receitas do petróleo e da indústria automobilística. O auge da mineração é devido a muitos fatores, entre eles o aumento do preço dos metais, mas também à crescente importância de outros minerais na indústria da tecnologia e na corrida armamentista.

O que nem os bancos nem os industriais mineiros informam é que esse crescimento foi construído sobre a destruição do meio ambiente, passando por cima dos direitos dos donos das terras, os camponeses e os povos indígenas. E, quando estes se defendem, sobre suas vidas. O auge da indústria mineira está manchado com o sangue daqueles que deveriam se beneficiar com esses minerais. Para que isso seja possível, contam com um marco normativo *ad hoc*; instituições públicas a seu serviço e políticas que obedecem a seus interesses; todas adequadas aos interesses do capital depois das reformas do artigo 27 da constituição mexicana [que abre a privatização das terras comunais] e da assinatura de tratados de livre comércio.

Um exemplo da permissividade da lei de mineração é que ela declara de utilidade pública toda a atividade de mineração, com preferência sobre qualquer outro uso do terreno sobre o qual se localizem os minerais, e excluída de todo imposto estatal ou municipal. Declarar que a mineração é de utilidade pública implica que o Estado pode expropriar os terrenos onde se localizam os minerais para entregá-los às concessionárias, o que pode ocorrer se os povos se negarem a entregar suas terras para essas atividades; ter preferência implica o perigo de que povos que estejam assentados nesses terrenos, plantem neles ou realizem outras atividades importantes para eles devam abandoná-los. Em outras palavras, o mineral é mais valorizado que a própria vida.

O problema agrava-se mais em se tratando de povos indígenas, pela relação espacial que estes mantêm com a natureza, a qual é indispensável para sua existência e desenvolvimento. Apesar de ser verdade que as leis aprovadas em nosso país não reconhecem explicitamente seu direito ao território, os documentos internacionais, que também têm validade no território mexicano, sim, o fazem. Considerando o conteúdo destes, os povos têm direito a decidir sobre o uso, aproveitamento e administração dos recursos naturais, incluída a mineração. Mas, na hora de outorgar as concessões às empresas estrangeiras, o governo faz como se eles não existissem, o que por si só já representa uma violação dos direitos dos povos.

Eles sabem disso. E não estão dispostos a ser despojados de seu patrimônio. Por isso, a cada dia que passa, vemos mais comunidades camponesas e povos indígenas opondo-se às atividades mineiras em seus territórios, porque isso

representa a destruição de seus lugares sagrados, a contaminação de seus rios, de onde tiram a água para sua subsistência, e a contaminação do meio ambiente em que vivem. Disso não falam os dados do Banco do México nem da Câmara Mineira do México. Mas é preciso falar, porque representam os custos sociais e ambientais que os que se beneficiam com a atividade mineira não pagam, e que são passados para a sociedade em geral. *Francisco López Bárcenas, "Minería y pueblos indios", La Jornada, 17 de fevereiro de 2011*

Por extrativismo entendemos a apropriação dos bens comuns, de forma direta ou indireta, para convertê-los em mercadorias. Trata-se de uma fase diferente do modelo neoliberal depois da primeira etapa centrada nas privatizações, na abertura comercial e financeira e na desregulamentação trabalhista. É parte do processo de financeirização das economias, uma vez que podemos considerar o extrativismo como um processo mais especulativo do que produtivo: os investimentos são mínimos, e o retorno do capital é tão rápido quanto ocorre no sistema financeiro.

Na produção de soja, e em outras atividades da agricultura, arrendam-se as terras e as máquinas, de forma que o investimento fixo é muito baixo no conjunto do capital mobilizado. Mas o retorno produz-se em apenas uma colheita, ao final da qual o *pool* de plantio pode emigrar para qualquer outro lugar, porque (justamente) não se fixou em nenhum espaço físico. Algo similar ocorre com a mineração, com a peculiaridade de que os lucros são fabulosos.

É um modelo excludente, porque não necessita de pessoas. Ainda pior, as pessoas são um obstáculo. Enquanto o modelo baseado na produção industrial durante a substituição de importações necessitava de trabalhadores qualificados e de grande quantidade de operários e empregados na produção e na distribuição, e necessitava dos consumidores dessas mercadorias, com o modelo extrativista ocorre completamente o oposto: a mecanização torna irrelevante o trabalho humano (a mineração tem um sistema muito similar ao das plataformas de petróleo, com alta rotação de trabalhadores especializados que vivem muito distante do local de trabalho). E não há consumidores, já que os produtos primários são exportados para países distantes para alimentar gado ou para ser processados.

É um modo de produzir mercadorias que destrói a natureza. "O processo de privatização e de concessões de lotes de petróleo, de gás, de mineração e de florestas foi se aprofundando no Peru com os últimos três governos: Fujimori, Toledo e Alan García. Fujimori deixou 15% da Amazônia loteada e concedida; Toledo avançou mais alguns pontos, e García chegou a privatizar 72% do território amazônico em lotes concedidos e entregues ao grande capital transnacional, muitos dos quais se sobrepõem às reservas territoriais de povos em isolamento voluntário", disse o dirigente indígena peruano Alberto Pizango por ocasião do primeiro aniversário do massacre de Bagua.

O extrativismo empobrece os países produtores e enriquece as multinacionais. Paga impostos apenas simbólicos e em algumas ocasiões não paga nada, já que esses empreendimentos costumam ser implantados em limbos jurídicos como as zonas francas e aproveitam todas as vantagens que os países proprietários dessas riquezas lhes oferecem.

É parte do que o geógrafo David Harvey definiu como "acumulação por desapropriação" ou, se se preferir, por roubo ou apropriação. O recente relatório do Banco Mundial, *Los recursos naturales en América Latina y el Caribe. ¿Más allá de bonanzas y crisis?* [Os recursos naturais na América Latina e no Caribe. Mais além de bonanças e crises?], afirma que os países da região "chegaram a ser dos mais prósperos do mundo graças à produção de metais preciosos, açúcar, borracha, grãos, café, cobre e petróleo".

Soa estranho que a espoliação colonial seja lida desse modo por uma instituição que pretende orientar as políticas nacionais. Mais ainda, assegura que "as exportações de bens primários sempre ativaram as economias da região, enchendo os

cofres dos governos”, e que a América Latina “pode derivar benefícios significativos por ser a mina e o silo” das economias centrais. Quase um insulto.

Omite, por exemplo, a crescente militarização de áreas inteiras para despejar população incômoda para esse tipo de acumulação, que tem na guerra colombiana sua maior expressão. Os territórios da guerra são exatamente aqueles onde as multinacionais botaram seus olhos para apropriar-se dos bens comuns, como mostram vários estudos. Em paralelo, o agronegócio apropria-se de milhões de hectares deslocando a população camponesa produtora de alimentos, com o que se debilita a segurança alimentar das nações.

Como consequência, esse modelo gera pobreza e exclusão. O economista argentino Claudio Katz lembrou de um estudo da CEPAL que afirma que na Argentina os 10% mais ricos têm um renda per capita maior que esse mesmo setor nos países anglo-saxões, enquanto a população com menores rendas é vinte vezes mais pobre que os estratos mais baixos dos países desenvolvidos. *Raúl Zibechi, “Pan para hoy, incertidumbre para mañana”, Alai Amlatina, 27 de outubro de 2010*

Vinte e um grupos da sociedade civil expressaram seu abalo e sua indignação diante do artigo (que apareceu na revista Nature) de Johannes Lehmann e Stephen Joseph, presidente e vice-presidente da Iniciativa Internacional Biochar e promotores de créditos de carbono e subsídios ao biochar. O texto propõe que, para mitigar a mudança climática, poderia ser útil converter em plantação de carbono uma área de terra maior que a Índia. Algo gigantesco. O artigo, publicado em agosto de 2010 na Nature Communications, alega que se poderiam neutralizar 12% dos gases de efeito estufa produzindo enormes quantidades de carbono para depois acrescentá-las ao solo, segundo as práticas conhecidas agora como biochar. Apesar dos autores alegarem que isso pode ser feito sem afetar os habitats naturais e as terras de cultivo, os números e cálculos apresentados projetam um panorama muito diferente, que implica a transformação das terras em uma escala nunca antes vista. Os autores alegam que existem uns 200 milhões de “terras de cultivo abandonadas” que poderiam converter-se em plantações de árvores e de outros cultivos para produzir biochar. Alegam que outros 170 milhões de pastagens tropicais poderiam converter-se em plantações de árvores de ciclo curto para produzir biochar e forragem para animais.

O conceito de “terras de cultivo marginais ou abandonadas” tem sido fortemente criticado pelos movimentos sociais e pelos grupos da sociedade civil em todo o mundo, porque o termo faz referência expressa a terras das quais dependem em grande parte milhões de pastores e agricultores camponeses. Referir-se às terras comunitárias ricas em biodiversidade como “abandonadas e marginais” e assumir que tais terras estão “disponíveis” para convertê-las em carvão já tem o efeito de promover maciças grilagens legais de terras – especialmente na África, Ásia e América Latina. Tais terras, na realidade, desempenham um papel essencial em manter a biodiversidade e em regular o clima.

Os grupos que criticaram o viés do artigo da Nature Communications são parte de um grupo maior que inclui mais de cem organizações que assinaram uma declaração internacional no final do ano passado dizendo ser urgente tomar precauções contra o desenvolvimento de iniciativas de biochar em grande escala e parar com os créditos de carbono. *Comunicado para a imprensa de 21 grupos da sociedade civil incluído o Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais, a Econexus, a African Biodiversity Network, o Grupo ETC, a Gaia Foundation, entre outros, 30 de agosto de 2010*

Avança um dos mais incríveis ataques aos bens comuns do planeta e da humanidade: a privatização do ar. O principal instrumento para isso é um mecanismo chamado cinicamente REDD (redução de emissões por desmatamento e/ou degradação evitada de florestas), que está entre os pontos chave que o governo mexicano promove nas negociações internacionais sobre o clima. A proposta dos

programas REDD é que, como o desmatamento é um fator importante da crise climática, é preciso compensar economicamente quem já não desmata. Por isso se chama desmatamento evitado: primeiro é preciso desmatar, para depois vender o deixar de fazê-lo. Um típico cenário onde “ambas as partes ganham”, como dizem os empresários e suas ONGs amigas. Ganham os madeireiros ao desmatar e ganham por deixar de fazê-lo. Os que mais se beneficiam desses programas são os que mais matas e florestas tenham destruído. E que poderão continuar a fazê-lo, já que o REDD aceita que deixando apenas 10% da área original seja considerado como desmatamento evitado. Ao programa original agregaram-se versões chamadas REDD++, que incluem pagamentos por aumentar os estoques de carbono e pagamentos por conservação e manejo sustentável da floresta. No primeiro caso, trata-se de, além de desmatar, colocar em seu lugar monocultivos de árvores, outra fonte de lucro adicional, com fortes impactos ambientais e sobre as comunidades.

O mais perverso desse mecanismo é o que chamam de “conservação e manejo sustentável”, porque visa diretamente a despojar as comunidades indígenas e camponesas de seus direitos e territórios.

A proposta de REDD é que, como é pago, o que se fizer com a floresta e sua capacidade de absorção de dióxido de carbono deve ser verificável, ou seja, definido por agentes externos às comunidades. Para estas e para os *ejidos* significa pagar caro a especialistas para que lhes digam o que podem ou não fazer em suas próprias florestas e territórios, e assinar voluntariamente (ou enganados por instituições governamentais e ONGs que administram esses programas) a alienação de seu manejo autônomo do território, para poder cobrar uns pesos pela suposta capacidade de absorção de suas florestas. Essa capacidade é comprada por empresas altamente poluidoras e grandes emissoras de gases de efeito estufa para continuarem contaminando com a justificativa (não provada cientificamente, mas muito lucrativa) de que, em outra parte do mundo, haverá uma floresta que absorverá suas emissões. Por sua vez, isso entra num mercado secundário de créditos de carbono onde a mesma empresa pode revender a outros por um preço maior, recuperar todo seu investimento e ainda ganhar dinheiro. O maior volume monetário dos mercados de carbono é a especulação secundária, quer dizer, a venda e revenda de, literalmente, puro ar. *Silvia Ribeiro, “Vendiendo aire”, La Jornada, 11 de setembro de 2010*

A grande indústria farmacêutica quase conseguiu eliminar todos os seus concorrentes. Desde o dia 1º de abril de 2011, todas as ervas medicinais tornaram-se ilegais na União Europeia. As pessoas somente poderão medicar-se com os produtos gerados pela indústria, sem qualquer outra opção, e pagando os preços que forem cobrados.

A indústria farmacêutica e a agroindústria finalizaram em março o processo para assumir cada um dos aspectos relacionados com a saúde e com os alimentos que temos que consumir. Tudo isso promete acabar com a pouca saúde de que dispomos.

Em primeiro de abril celebram-se os santos inocentes. Essa é a piada mais cruel de todos os tempos. A Diretiva Europeia de Produtos Medicinais Herbais Tradicionais fixou normas para o uso dos produtos fitoterápicos que antes eram utilizados livremente.

Essa diretiva requer que todas as preparações fitoterápicas sigam os mesmos procedimentos utilizados pelos produtos farmacêuticos. Mesmo que a erva tenha sido utilizada durante milhares de anos como remédio. Os gastos para conseguir essa aprovação são tão altos que somente as grandes empresas podem custeá-los (na ordem de 80 a 120 mil libras esterlinas por erva), e cada erva que fizer parte de um composto tem que ser testada em separado.

Pouco importa que uma erva tenha sido utilizada sem perigo e com eficácia durante muito tempo. Recebe o mesmo tratamento que um medicamento. As ervas são alheias a esse processo. São preparações feitas a partir de fontes biológicas. Não são purificadas, já que isso poderia alterar sua natureza e eficácia. Significaria uma

deformação de sua natureza e uma alteração em seu uso como medicamentos. *Heidi Stevenson, Gaia Health, "Las hierbas medicinales desaparecerán de la UE", noticiasdeabajo.wordpress.com, 27 de setembro de 2010*

Em 2010 a temperatura média global foi de 14 graus Celsius, e 2005 foi o ano mais quente nos 131 anos de registro. Essa notícia não é surpresa para os residentes de 19 países que tiveram um calor recorde em 2010. A Bielorrússia atingiu um recorde de 38,9 graus Celsius para a Europa, e a Birmânia sofreu uma temperatura de 47,2 graus Celsius para todo o sudeste asiático. No dia 26 de maio de 2010, a antiga cidade de Mohenjo-daro, no Paquistão, chegou a 53,5 graus Celsius – um recorde não só para o país, mas para toda a Ásia. De fato, essa é a quarta temperatura mais alta registrada em qualquer parte do mundo.

A temperatura da Terra não só aumenta, mas também avança a taxas cada vez mais aceleradas. Entre 1880 e 1970, a temperatura média global aumentou mais ou menos em 0,03 graus Celsius por década. Desde 1970, esse ritmo cresceu de forma dramática a 0,13 graus Celsius por década. Dois terços do aumento de quase 0,8 graus Celsius na temperatura global desde 1880 ocorreu nos últimos 40 anos. E 9 dos 10 anos mais quentes ocorreram na última década. A temperatura global é influenciada por vários fatores, alguns naturais e outros devidos às atividades humanas. Um fenômeno conhecido como El Niño-Oscilação do Sul caracteriza-se por extremos nas temperaturas do Oceano Pacífico e alterações nos padrões atmosféricos. O ciclo implica fases opostas, e ambas têm impactos globais. A fase de El Niño geralmente aumenta a temperatura média global, enquanto sua contraparte, La Niña, tende a baixá-la. As variações de temperatura são também determinadas pelos ciclos solares. Como estamos próximos a um dos mínimos de irradiação solar (o quanto de energia a Terra recebe do Sol) e recém entramos num episódio de La Niña na segunda metade de 2010, era de se esperar um ano mais fresco do que o normal – o que faz da alta temperatura recorde de 2010 algo ainda mais notável.

Desde a Revolução Industrial, as emissões das atividades humanas, os gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono, colocaram o sistema climático da Terra muito fora de sua variação normal. Os níveis de dióxido de carbono na atmosfera aumentaram quase 40 %, de 280 partes por milhão para quase 390 partes por milhão. Ao sobrecarregar-se desses gases, que prendem o calor, a temperatura da Terra continua subindo.

Não são somente as populações costeiras as ameaçadas pelas crescentes temperaturas globais. Temperaturas mais altas reduzem a produtividade dos cultivos e as reservas de água, o que afeta a segurança alimentar em nível mundial. Os agrônomos traçaram uma correlação entre os aumentos de 1 grau Celsius de temperatura acima do ideal durante a fase de crescimento e um decréscimo de 10% na produtividade dos cereais. As ondas de calor e as secas podem também ocasionar quedas drásticas nas colheitas. Os glaciares montanhosos, que se encolhem em todo o mundo pelo aumento de temperatura, são a reserva de água de irrigação e potável para grande parte da população mundial incluindo centenas de milhões de pessoas na Ásia. *Alexandra Giese, Global Temperature, Earth Policy Institute, janeiro de 2011*

Os herbicidas, especialmente o glifosato, são amplamente utilizados em todo o mundo. Países como a Argentina, a Colômbia e o Brasil sofrem agressão social e política, além das consequências ecológicas e sanitárias decorrentes de seu uso.

O glifosato não só afeta as plantas para as quais supostamente é direcionado. É importante estudá-lo não só pelas consequências sobre a saúde humana, mas também pelas que tem sobre o ambiente: da contaminação de águas à diminuição da sobrevivência de diferentes artrópodes, o que afeta gravemente a cadeia trófica dos ambientes agrários onde o herbicida é utilizado [...]

O glifosato não é utilizado unicamente no controle de “ervas daninhas”, mas também é utilizado para destruir cultivos diferentes, tanto legais como ilegais.

Numerosas organizações sociais, humanitárias e ecologistas denunciaram seu uso nas pulverizações realizadas pelo Plano Colômbia. Porque as pulverizações não só afetam o ambiente, mas também, direta ou indiretamente, afetam a saúde e a vida das pessoas provocando o deslocamento de populações inteiras.

Supondo que a especificidade do composto fosse tão grande a ponto de só afetar a enzima que sintetiza aminoácidos essenciais nas plantas, sua ação também afeta, sem dúvida, a flora microbiana necessária para manter a fertilidade e o equilíbrio ecológico do solo, incluída a flora necessária para que plantas como a soja se desenvolvam corretamente. É importante ressaltar o aparecimento de resistências ao glifosato tanto pela transferência entre plantas transgênicas e silvestres como por mutações. Essas resistências tornam necessário o uso de maiores quantidades do produto, com as consequências óbvias [...]

É muito complexo o estudo epidemiológico das consequências do uso do herbicida sobre as populações. Não se podem tirar conclusões sérias com o exemplo típico: “depois de que o avião passou, fiquei doente”. Existem muitas pesquisas sérias (apesar de não suficientes) para se necessitarem especulações, rumores e exageros. [...]

Um grupo francês, liderado pelo doutor Seralini, tem vários estudos de 2009 que indicam que o glifosato é tóxico em concentrações até 400 vezes menores do que as detectadas nos vegetais tratados com glifosato [e que se consideram] aptos para o consumo humano. Gera problemas hormonais (nos receptores de andrógenos e estrógenos), dano no DNA e efeitos danosos para as células. Além das alterações hormonais, existem outros estudos que indicam que o glifosato e seus adjuvantes provocam tumores [...]

Se por si só já é perverso o uso desses venenos nos alimentos pelas consequências sobre a saúde tanto das populações que os produzem como das que os consomem, o que dizer quando as pulverizações são utilizadas com o fim de deslocar comunidades inteiras. Na Colômbia, o glifosato é utilizado, além da agricultura, na pulverização de cultivos, lícitos e ilícitos, e com o objetivo de retirar a população civil da área. O governo colombiano, para justificar seu uso, realiza estudos que concluem que as pulverizações não têm consequências sobre a população, baseando-se em que as cento e poucas pessoas estudadas tinham presença de glifosato na urina porque já estavam em contato com o mesmo em função de seu trabalho! E por que não estudaram pessoas que não trabalharam com o herbicida? [...]

É importante dizer que a pulverização da coca realizada pelo Plano Colômbia, assim como a pulverização de cultivos lícitos, está produzindo efeitos devastadores sobre a população civil: enfermidades, malformações, abortos, contaminação de águas e, por último, desalojamento. O explicado acima demonstra que o uso do glifosato sobre a população, seja qual for o motivo, é um crime contra a humanidade, que deveria ser julgado. *Alfredo Caro-Maldonado “¿Qué se sabe de las consecuencias del uso del glifosato?”, International Action for Peace, Agencia Prensa Rural, 21 de novembro de 2010*